

Contratação: 117612

Edital de Licitação n.º 117/2025

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Sistema de Registro de Preços

Critério de Julgamento: Menor Preço por item

Modo de disputa: Aberto

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, neste ato representada pela Superintendente de Gestão Orçamentária e Compras (Despacho Administrativo 2023001198769 de 24/02/2023, em atendimento ao Acórdão n. 3.991/2022, TCE), por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, designados pelas **Portarias 2022008972941 de 21/12/2022, 2022008977753 de 21/12/2022, 2023008301394 de 18/10/2023, 2025008535313 de 14/08/2025 e 2025012656135 de 02/12/2025**, torna público, para conhecimento dos interessados, que, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 10.247, de 30 de março de 2023, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma de fornecimento parcelado, tendo por finalidade o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, em sessão pública eletrônica, através do site <https://sislog.go.gov.br>, conforme descrito neste edital e seu(s) anexo(s), em atendimento ao processo administrativo n. **202500404937**.

LICITAÇÃO COM COTA EXCLUSIVA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), INCIDENTE SOBRE OS ITENS DE NATUREZA DIVISÍVEL.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 23 de janeiro 2026.

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 14:30 (horário de Brasília).

HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE LANCES: 14:40 (horário de Brasília).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://sislog.go.gov.br/>

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **aquisição de miniDesktops, Notebooks e monitores, com garantia on-site de 60 (sessenta) meses, por meio de Ata de Registro de Preços**, conforme as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I, e demais disposições fixadas neste Edital.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **SISLOG** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa com o fornecimento dos produtos de que trata o objeto deste edital, mediante a emissão de Nota de Empenho, está a cargo da dotação orçamentária constante no vigente orçamento do Ministério Público do Estado de Goiás.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado Estadual de Fornecedores – CADFOR no Sistema de Contratações do Estado de Goiás(<https://sislog.go.gov.br/>), com o status de "cadastro provisório" ou "cadastro homologado", nos termos do Decreto nº 7.425, de 16 de agosto de 2011.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema SISLOG e mantê-lo atualizado junto ao órgão responsável pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Nos itens/lotes destinados à participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fruição do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas;

3.8. Que se enquadrem na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, para o item reservado a cota exclusiva.

3.9. Que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

3.10.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da

qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.10.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

3.10.11. Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação. (Acórdão nº 5399/2021-TCE/GO);

3.10.12. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.10.13. Que esteja suspensa ou impedidas de licitar junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR.

3.10.13.1. Além do CADFOR e SISLOG, serão consultados os bancos de dados CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), seja para fins de participação, seja como condição prévia para análise da habilitação da empresa melhor classificada. (Acórdão nº 5399/2021-TCE/GO);

3.10.14. Empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado de Goiás, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõem a Resolução CNMP 37/2009, alterada pela Resolução 172/2017 (Anexo III do Edital).

3.10.14.1. A vedação prevista no item **3.10.14**, não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade.

3.10.14.2. A vedação constante do item **3.10.14**, se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

3.10.15. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste edital.

3.10.16. Empresas que não se enquadre na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, para o item reservado a cota exclusiva.

- 3.11.** Neste certame será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em **consórcio**, nos termos do art. 15, caput da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 3.12.** O impedimento de que trata o **item 3.10.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.13.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.10.2 e 3.10.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.13.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.13.2.** O disposto nos itens **3.10.2 e 3.10.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.14.** A vedação de que trata o **item 3.10.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. Da cota reservada de até 25% para ME e EPP

- 3.15.1.** Conforme instituído na Lei Complementar 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do objeto, assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.15.2.** Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.
- 3.15.3.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço ou o percentual de desconto**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital informado no preâmbulo deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do**

sistema, que:

- 4.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como, sob pena de desclassificação, de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 4.3.2.** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital e seus anexos;
- 4.3.3.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.4.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.5.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3.6.** Não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública ou vedação de participação nesta licitação;
- 4.3.7.** Se responsabiliza pelas transações que efetuar no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados por representante, e excluindo a responsabilidade do provedor do sistema, órgão ou entidade promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 4.5.1.** O licitante que declarar que **NÃO** se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, em campo próprio no sistema, não poderá ofertar proposta no item/lote destinado à participação “exclusiva de ME/EPP”.
- 4.5.2.** O licitante que declarar que **NÃO** se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, em campo próprio no sistema, não terá direito ao critério de desempate previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no item/lote destinado à “ampla participação”, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.
- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 4.3 ou 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e neste Edital.
- 4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir sua proposta ou documentos complementares, ou modificar sua declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, até a abertura da sessão pública.
- 4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Informar o valor unitário do item, se tratar-se de licitação por item; ou valor total do lote, se tratar-se de licitação por lote, conforme informado no preâmbulo deste Edital;

5.1.2. Anexar documento formal da proposta, em arquivo no formato PDF.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.1. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento do Edital e seus anexos. Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, **devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal.**

5.3.2. Para as empresas estabelecidas em Goiás, isentas do ICMS, conforme item acima, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. **O valor líquido será aquele registrado no sistema como proposta e será considerado como base para etapa de lances.** O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido e para que as ordens de fornecimento possam apresentar os dois valores, facilitando a execução do contrato ou instrumento equivalente.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como

de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.1.1. Após o horário de início da sessão pública, os licitantes não poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos complementares, anteriormente inseridos no sistema.

6.1.2. A verificação da conformidade da proposta e eventual desclassificação será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

6.1.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. A partir do horário **previsto no preâmbulo deste Edital**, a etapa competitiva de lances será iniciada e os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema eletrônico.

6.3. O lance será oferecido mediante o preenchimento em campo próprio no sistema eletrônico, dos seguintes valores: valor unitário do item, se tratar-se de licitação por item; ou valor total do lote, se tratar-se de licitação por lote, conforme preâmbulo deste Edital.

6.4. **Iniciada a etapa competitiva**, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4.1. Não será admitida a desistência de lance registrado no sistema;

6.4.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou com maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, de acordo com o critério de julgamento da licitação informado no preâmbulo deste Edital.

6.4.3. O sistema eletrônico não registrará os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pela mesma licitante.

6.5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.8. Na hipótese de o sistema eletrônico se **desconectar** para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e retomada nos termos do **item 6.15** deste Edital.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**, regulamentado por meio do Decreto nº 10.247, de 30 de março de 2023 e ocorrerá da seguinte forma:

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa competitiva de lances da sessão pública terá a duração de 10 (dez) minutos a partir do horário previsto no edital para seu início e, findo esse prazo, será iniciado o modo de fechamento com a prorrogação automática.

6.10.2. O fechamento com a prorrogação automática de envio de lances ocorrerá mediante o aviso pelo sistema e, se houver lances enviados, inclusive intermediários, nos últimos **2 (dois) minutos** do período de que trata o **subitem 6.10.1**, o sistema prorrogará automaticamente a fase de lances por mais 2 (dois) minutos, sucessivamente, sempre que houver novos lances.

6.10.3. Na hipótese de não haver novos lances no período de 2 (dois) minutos da prorrogação automática, a etapa competitiva de lances será encerrada automaticamente.

6.10.4. Caso a disputa envolver mais de um item ou lote, a depender do critério informado no preâmbulo deste Edital, o sistema eletrônico irá observar o decurso de tempo **de 2 (dois) minutos**, para o início do encerramento entre eles, a partir do início do modo de fechamento automático do primeiro item ou lote.

6.11. Uma vez encerrada a etapa de lances, em caso de participação de licitante que se declare na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema averiguará se houve empate nos termos do art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.466, de 18 de outubro de 2011, em relação a **item ou lote** não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

6.11.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.11.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.11.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12. Concluída a etapa competitiva, o sistema ordenará e divulgará os lances, sem a identificação dos fornecedores, da seguinte forma:

a) ordem crescente, quando for adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

b) ordem decrescente, quando for adotado o critério de julgamento por maior desconto

6.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de 5% (cinco por cento) ou mais, o pregoeiro **poderá** admitir o **reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

- 6.13.1.** Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar novos lances intermediários.
- 6.13.2.** Igualmente, nos casos de desclassificação da proposta e de inabilitação, o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta entre os demais colocados, que poderão ofertar novos lances.
- 6.14.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances). Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 6.14.1.** Os licitantes empatados serão convocados para a disputa final prevista no inciso I do art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e poderão apresentar nova proposta, em disputa de forma fechada, no prazo de até 5 (cinco) minutos, em campo próprio no sistema.
- 6.14.2.** Caso a situação de empate persista, após a aplicação do que está disposto acima, os demais critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicados durante o julgamento de conformidade das propostas dos licitantes empatados, em que os critérios de desempate serão utilizados, na ordem:
- 6.14.2.1.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;
- 6.14.2.2.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.14.2.3.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.14.3.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.14.3.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.14.3.2.** Empresas brasileiras;
- 6.14.3.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.14.3.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.15.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública por prazo indeterminado, o seu reinício irá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- 6.15.1.** Caso a suspensão da sessão pública tenha o seu reinício programado e comunicado na própria sessão, será desnecessária a observância do intervalo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Encerrada a etapa competitiva de lances, o pregoeiro irá liberar a primeira colocada para julgamento, sendo disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta do(s) licitante(s) melhor classificado, após a fase de envio de lances, e

convocado(s) para julgamento de propostas.

7.1.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, assim consideradas, inclusive, as propostas que permanecerem empatadas na hipótese prevista no item **6.14.2** deste Edital.

7.2. Liberado o primeiro colocado para julgamento, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 3º a 5º do Decreto nº 10.247, de 30 de março de 2023, e no **item 3.10** deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

7.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu **sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o **item 4.5** deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 34 a 42 do Decreto nº 10.247, de 30 de março de 2023.

7.7. Caso a proposta do primeiro colocado permaneça acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento (**Art. 38 do Decreto nº 10.247/2023**), para:

- a) reduzir o preço ofertado ou aumentar o desconto, a depender do critério de julgamento adotado;
- b) diminuir o prazo de execução do contrato, nos casos de contrato por escopo;
- c) melhorar a qualidade do objeto ofertado, desde que mantenha as características mínimas definidas no Termo de Referência.

7.7.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o

primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta não se mostrar vantajosa.

7.7.3. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados critérios de desempate definidos no item **6.14** deste Edital.

7.7.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes, e registrada na ata da sessão eletrônica da licitação.

7.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da equipe de apoio da contratação, do setor requisitante ou da área supridora especializada no objeto, que assume responsabilidade técnica sobre as informações prestadas.

7.9. Será desclassificada a proposta que:

7.9.1. Contiver vícios insanáveis;

7.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.3.1. Para o julgamento das propostas, serão considerados como preços máximos aceitáveis, os valores globais e unitários dos preços de referência.

7.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. Neste caso, a inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.11.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.11.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11.3.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, consoante o inciso IV e § 2º do art. 59 da Lei 14.133/2023.

7.11.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11.4.1. O valor da garantia adicional de que trata o item **7.11.4** será determinado seguindo a fórmula:

$GA = (85\% \times Vo) - Vp$, onde:

GA = garantia adicional

Vo = valor orçado pelo MPGO

Vp = valor da proposta vencedora

7.12. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Na licitação com disputa por lote, o licitante detentor da melhor oferta deverá informar os valores unitários todos os itens que compõem o lote para o qual foi vencedor, com base no percentual de redução dos preços alcançado após a fase de lances e negociação, no prazo de envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada informado no **item 8.1** deste Edital.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, no prazo de envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada informado no **item 8.1** deste Edital.

7.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.16. O pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante provisoriamente vencedor, conforme disposições da Seção 8 deste edital de licitação.

7.16.1. O julgamento da habilitação, ocorrerá em data e horários fixados com antecedência, respeitado o disposto no **item 6.15** deste Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a fase de julgamento da proposta, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, bem como os documentos de habilitação.

8.1.1. O prazo a que se refere o item 8.1 acima, poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando for constatado que o prazo estabelecido não é suficiente ao envio dos documentos exigidos neste Edital;

8.1.2. O prazo a que se refere o item 8.1 acima, será de **vinte e quatro horas** nas licitações de serviços de engenharia, com modo de disputa aberto;

8.1.3. Na hipótese da necessidade de suspensão da sessão pública, deverão ser observados os prazos do **item 6.15** deste Edital;

8.1.4. O licitante vencedor deverá comprovar que na data de início da sessão pública, informada no preâmbulo deste Edital, a empresa possuía as condições exigidas para habilitação e para o cadastro de fornecedor;

8.1.5. Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante vencedor deverá comprovar sua regularidade no momento de sua convocação, prevista no caput deste item.

8.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de julgamento da proposta nos termos da **Seção 7** deste Edital.

8.3. Serão exigidos para fins de habilitação os documentos indicados no Anexo II deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.3.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, indicados no Anexo II deste Edital, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, homologado no Cadastro de Fornecedores do Estado – CADFOR.

8.3.2. Os documentos exigidos para habilitação, cadastro ou atualização de cadastro perante o CADFOR e demais documentos adicionais exigidos no Termo de Referência serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estabelecido no **item 8.1** deste Edital.

8.3.3. O licitante que participar do certame com o status de "cadastro provisório" no CADFOR, deverá anexar, via sistema, documentação necessária ao cadastro, conforme lista de documentos informada no link: <https://sislog.go.gov.br/Fornecedor/DocumentoHomologacao>, nos termos do Decreto Estadual nº 7.425, de 2011.

8.3.4. A homologação do cadastro do fornecedor que participar do certame com o status de "cadastro provisório" no CADFOR ocorrerá somente após o pregoeiro analisar a documentação de habilitação do fornecedor, sendo que qualquer diligência apontada pelo CADFOR será avaliada e requerida pelo pregoeiro ao licitante por meio de chat no sistema, nos termos deste Edital.

8.4. OUTROS DOCUMENTOS, ATESTADOS E DECLARAÇÕES:

a) Apresentar DECLARAÇÃO de Regularidade - Modelo de Declaração nos termos das Resoluções 37/2009, nº 172/2017 e nº 241/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público - **Anexo III**;

b) Termo de anuência (Notificações por meio de mensagem eletrônica) – **Anexo V**.

8.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.6. Nesta licitação será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em **consórcio**.

8.6.1. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.6.2. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia digital.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou as declarações enumerados no **item 4.3** deste Edital, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10. O pregoeiro deverá verificar a conformidade dos documentos de habilitação do licitante e proceder ao julgamento da habilitação.

8.10.1. A verificação da documentação exigida no CADFOR, bem como a exigência dos documentos nele não contidos, descritos neste edital, somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11. Caso o licitante melhor classificado não possua o cadastro homologado ou possua pendências no CRC, seus documentos serão encaminhados para a homologação pelo CADFOR.

8.12. Quando for necessário complementar documentações ou sanar vícios, caberá ao pregoeiro realizar diligências, nos termos do **item 8.15** deste Edital.

8.13. A autoridade competente somente homologará a presente licitação quando o cadastro do licitante no CADFOR estiver devidamente homologado e sem pendências.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a realização de **vistoria** de avaliação prévia do local de execução como imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, podendo substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.15. No caso de necessidade de realização de **diligências**, com vistas ao saneamento da proposta ou habilitação, o pregoeiro poderá conceder ao licitante o prazo de **2 (duas) horas** para envio de documentação complementar.

8.15.1. É admitida a prorrogação de que trata o caput, limitado ao prazo máximo de 24 horas, nas seguintes situações: por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou de ofício, a critério do agente de contratação ou comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos para a verificação de conformidade.

8.15.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, deverão ser observados os prazos do **item 6.15** deste Edital.

8.16. Quando o licitante primeiro colocado for desclassificado em razão da desconformidade de sua proposta, mesmo após a negociação, ou por sua inabilitação, o pregoeiro admitirá o reinício da disputa aberta entre os demais colocados, na forma do **item 6.10** deste Edital, conforme previsto nos arts. 30, 40 e 48 do Decreto nº 10.247, de 30 de março de 2023.

8.16.1. Alternativamente à realização do procedimento indicado no **item 8.15** acima, o pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação estabelecida, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso. E assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.18. Relativo ao tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte serão consultados o Portal da Transparência estadual e o sistema SIOFI a fim de verificar se o somatório dos valores das ordens de pagamento, recebidas por licitante, ME ou EPP, detentor da proposta classificada em primeiro lugar, ultrapassou, no exercício anterior, os limites previstos no artigo 3º, incisos I e II, da LC nº 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado. **(Acórdão nº 5399/2021-TCE/GO)**

8.18.1. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias, recebidas pela referida licitante até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da LC nº 123/2006. **(Acórdão nº 5399/2021-TCE/GO)**

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.1.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, no prazo de 10 (dez) minutos e em campo próprio do sistema, de forma imediata após o julgamento da habilitação, sob pena de preclusão.

9.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.2. A interposição de recurso referente à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, caso queiram, apresentar suas contrarrazões, em 3 (três) dias úteis, a partir da data final do prazo do recorrente, pela mesma forma de apresentação do recurso, assegurada a vista dos documentos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.4.1. Em caso de licitação com mais de um item ou lote, o efeito suspensivo do recurso sobre um deles não afetará o prosseguimento do certame em relação aos demais.

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9. Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11. DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A assinatura da Ata será realizada de forma eletrônica. Os licitantes devem possuir certificado digital ICP-Brasil registrado no CPF do representante da pessoa jurídica.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DO CONTRATO

14.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.1.1. A recusa injustificada do **fornecedor registrado** em não assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da Procuradoria-Geral de Justiça, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

14.1.2. A celebração do contrato, nos termos do Decreto Estadual nº 9.142 de 22 de janeiro de 2018, estará condicionada à consulta prévia junto ao CADIN Estadual - Goiás. A existência de registro no **CADIN** consistirá em impedimento à sua celebração implicando na aplicação da disposição do item **14.2**.

14.1.3. A inexistência de registro no CADIN Estadual – Goiás não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos neste edital e seus anexos.

14.1.4. A assinatura do contrato será realizada de forma eletrônica. Os licitantes devem possuir certificado digital ICP-Brasil registrado no CPF do representante da pessoa jurídica.

14.2. É facultado à Administração da Procuradoria-Geral de Justiça, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e nas condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, **devendo a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente** ou revogar esta licitação.

14.3. O disposto no item **14.1.1** não se aplica aos licitantes convocadas nos termos do art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

14.4. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação de regularidade fiscal e trabalhistas, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

14.5. O licitante vencedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.6. O prazo de vigência do contrato será 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133, de 2021, com eficácia legal após a sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15. DO RECEBIMENTO E DO PRAZO

15.1. O recebimento dos produtos, bem como a atestação da Nota Fiscal Eletrônica/Fatura, deverá ser efetuado por servidor ou comissão designada.

15.2. O prazo concedido para entrega dos produtos é de até 60 (sessenta) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

15.3. A entrega deverá ser realizada na sede do Ministério Público do Estado de Goiás, Rua 23, esquina com Av. Fued José Sebba, Qd A 06 Lts 15/24, CEP 74805-100, Jardim Goiás – Goiânia – Go, devendo a CONTRATADA realizar um pré-agendamento com Departamento de Material e Patrimônio no telefone 62-3243-8501.

Para a realização da entrega, é necessário agendamento prévio, que deve ser solicitado por meio do e-mail: almoxarifado@mpgo.mp.br.

Em caso de dúvidas ou para mais informações, entre em contato pelos telefones: (62) 3243-8501 / 3243-8010.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento referente aos produtos fornecidos será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão e protocolização da nota fiscal eletrônica correspondente, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

- 16.2.** Para fins de pagamento, ainda será solicitada a apresentação das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, que deverão apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.
- 16.3.** Na ocorrência de rejeição de nota fiscal, motivada por erro ou incorreção, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal corrigida.
- 16.4.** Ultrapassado o prazo para pagamento previsto nesta cláusula, o Contratado fará jus à atualização monetária referente ao índice do IGP-M (FGV) e a juros simples de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a pro-rata-die da data do vencimento até o efetivo pagamento.
- 16.5.** A Procuradoria-Geral de Justiça reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos e/ou serviços não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 16.6.** A nota fiscal deverá ser emitida observando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 17.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 17.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 17.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 17.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 17.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 17.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;
- 17.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 17.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 17.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 17.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.5. Fraudar a licitação

17.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.1.9. Der causa à inexecução parcial do objeto;

17.1.10. Der causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.11. Der causa à inexecução total do objeto;

17.1.12. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens **17.1.1, 17.1.2, 17.1.3, 17.1.9 a 17.1.12** a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens **17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

17.4.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, cujos valores recolhidos serão revertidos ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional do Ministério Público do Estado de Goiás – FUNEMP/GO, nos termos do Art. 2º, V, da Lei nº 14.909/04, ensejará:

17.4.3.1. A glosa do respectivo valor dos créditos que a Contratada possuir junto à Contratante, seja no contrato que gerou o débito originalmente, seja em outros instrumentos formalizados entre o sujeito privado e o MPOGO, conforme o caso;

17.4.3.2. A notificação da Contratada para recolher o montante apurado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação da decisão, com ressalva de que, escoado o referido prazo sem pagamento, a contratada será inscrita, no prazo de 30 (trinta) dias contados do vencimento da multa, no CADIN ESTADUAL - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ-GO;

17.4.3.3. A execução da garantia contratual;

17.4.3.4. E, em qualquer caso, a cobrança judicial.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.10. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o Contratado à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

17.10.1. 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

17.10.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

17.10.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por dia subsequente ao trigésimo.

17.11. As multas previstas nos itens **17.10.2 e 17.10.3** ficam limitadas em até o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total da parte do serviço não realizado, por ocorrência.

17.12. A aplicação da multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

17.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

17.15. Nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/21, é admitida a reabilitação do Contratado perante o Contratante desde que cumpridos, cumulativamente e além do disposto no parágrafo único do referido artigo, os seguintes requisitos:

17.15.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

17.15.2. pagamento da multa;

17.15.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

17.15.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

17.15.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.16. Além das penalidades citadas, o Contratado ficará sujeito ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Contratante e, no que couber, às demais penalidades previstas na legislação.

17.17. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **17.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 53 do Decreto nº 10.247, de 30 de março de 2023.

17.18. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 17.18.1.** Conforme estabelece o art. 158, §1º, quando o órgão ou entidade não dispuser em seu quadro funcional de servidores estatutários, a comissão será composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.
- 17.19.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.20.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.21.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.22.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Estado de Goiás.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 18.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 18.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sistema eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.2.1.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e as impugnações vincularão os participantes e a administração.
- 18.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 18.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.5.** As modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação, na mesma forma e respeitados os mesmos prazos dos atos e dos procedimentos originais, exceto se a alteração não comprometer a formulação das propostas e os requisitos da habilitação, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

19. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 19.1.** A extinção do contrato, formalmente motivada nos autos do processo com base no art. 137 da Lei nº 14.133/21, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderá ser:

- 19.1.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 19.1.2.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 19.1.3.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 19.2.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

20. AMOSTRA

- 20.1.** A amostra **poderá ser** solicitada ao (s) licitante (s) detentor (es) do menor preço e, se necessário, à subsequente observada à sequência de classificação.
- 20.2.** A amostra deverá ser recebida pela Comissão de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, após o recebimento da comunicação. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 20.3.** A amostra que apresentar problemas durante a análise técnica acarretará a desclassificação da proposta do licitante.
- 20.4.** Será permitido aos licitantes acompanharem a análise das amostras pelo departamento competente.
- 20.5.** O licitante que não encaminhar a amostra no prazo estabelecido terá sua proposta desclassificada.
- 20.6.** A amostra poderá ser retirada após o recebimento dos materiais adquiridos. A empresa fornecedora terá até 30 dias após a entrega para realizar a retirada da amostra, decorrido este prazo será incorporada ao estoque do almoxarifado.
- 20.7.** Durante o período de exame da amostra, o MPMO poderá solicitar informações adicionais, referentes aos componentes e ao objeto.
- 20.8.** O MPMO pronunciar-se-á quanto à aceitabilidade da amostra no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do seu recebimento, emitindo parecer aprovando, aprovando com ressalvas ou reprovando a amostra apresentada.
- 20.9.** A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 3 (três) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.
- 20.10.** Caso necessário, após realizadas as correções indispensáveis ou ofertada nova amostra, será emitido outro parecer, no prazo de 3 (três) dias úteis, do qual constará manifestação conclusiva a respeito da aprovação ou reprovação do item apresentado.
- 20.10.1.** A licitante obriga-se a entregar, a critério do MPMO, laudo emitido por laboratório credenciado junto ao Inmetro, contendo as características técnicas específicas do bem apresentado a fim de que sejam confrontadas com as exigidas no Edital, caso a simples análise física do bem entregue não seja suficiente para elidir dúvidas que porventura surjam durante a respectiva análise.

20.11 Apresentação da amostra poderá ser substituída por catálogo ou prospecto, desde que contemple a descrição do item no Termo de Referência.

20.12. Pode-se dispensar apresentação de amostras para as propostas de itens cujas marcas já foram adquiridas pelo MPMO, que não possuam registro de reclamações e que atendam as especificações.

20.13. A avaliação da amostra consistirá no atendimento a requisitos objetivos expostos na especificação dos materiais.

21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

20.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos gestores e fiscais do contrato, compostos por representantes da administração, designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 20 do Decreto Estadual n. 10.216/2023, cujas responsabilidades estão definidas no art. 51 e seguintes da Lei Estadual nº 17.928/12 e em normativa interna do MP-GO.

22. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

22.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços de eventuais parcelas do contrato ainda não pagas será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado 10/10/2025, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. Os termos deste Edital vinculam. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no sistema eletrônico, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital e seus anexos.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sislog.go.gov.br/>.

23.12. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

24. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS ("LGPD")

24.1. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as normas previstas na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), às quais os serviços do presente instrumento estão submetidos, devendo ser utilizados somente para propósitos legítimos e específicos.

24.2. Os dados coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços previstos neste instrumento, observada a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD, e, somente nas hipóteses previstas na legislação, poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades diversas.

24.3. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

25. DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

25.1. A Contratada deverá promover o regular acesso ao endereço de e-mail username@domínio e ao Whatsapp do número de telefone () - , obrigatoriamente informado em sua proposta, que serão as formas de comunicação dos atos processuais, comprometendo-se em acusar o recebimento da notificação eletrônica oriunda da Contratante em até 01 (um) dia útil, data esta em que iniciará a contagem dos prazos decorrentes, observados os casos legais de intimação dos atos mediante publicação em imprensa oficial.

26. DOS ANEXOS

26.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II – Relação de Documentos que poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC;
- Anexo III - Declaração de Regularidade -Modelo de Declaração nos termos das Resoluções 37/2009, nº 172/2017 e nº 241/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público;
- Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo V – Termo de anuência (Notificações por meio de mensagem eletrônica).
- Anexo VI – Minuta de Contrato.

27. DO FORO

27.1. Fica eleito o foro da cidade de Goiânia-GO para dirimir as questões decorrentes da execução deste instrumento, não obstante qualquer mudança de domicílio que a Contratada venha a adotar, o qual expressamente aqui renúncia.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Goiânia, assinado e datado eletronicamente.

Deyse Lucidy Diniz Sanches
Pregoeira

Helena Maria Adorno
Macedo
Superintendente da SGOC

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PARA SOLICITAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE	
Unidade solicitante	
Departamento de Infraestrutura de TI	
Nome do responsável pela unidade	Telefone / Ramal
Sandro Pereira de Moraes	62 3216-1666
Cargo/Função do responsável	E-mail
Chefe do Departamento	sandro@mpgo.mp.br
Data:	
01/10/2025	

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO	
Definir o objeto, incluídos sua natureza, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.	
Objeto	
Aquisição de miniDesktops, Notebooks e monitores, com garantia on-site de 60 (sessenta) meses, por meio de Ata de Registro de Preços.	
A área entende que para a aquisição/contratação deverá ser formada uma Ata de Registro de Preços?	
☒ Sim	☐ Não
A área entende que para a aquisição/contratação deverá ser formalizado um Contrato?	
☒ Sim	☐ Não, porque a entrega será integral em até 30 dias sem obrigações futuras ou o valor é inferior ao previsto do artigo 75, incisos I e II da Lei n. 14.133/2021 e suas posteriores atualizações, salvo fornecimento e serviço continuado.
Se houver contrato, qual o prazo de vigência?	
60 meses	
Prorrogável? (Na hipótese de serviço e/ou fornecimentos (compras) contínuos, que são aqueles para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas - Art. 6º, XV da Lei 14.133/2021)	
☐ Sim	☒ Não
Critério de reajuste: (Havendo ou não contrato, informar o índice de reajuste de preço - Lei 14.133/2021, Art. 25, § 7º)	
IPCA	

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO					
Especificar o objeto, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.					
Item	Especificação (detalhamento das características)	Quant.	Unidade	Valor unitário	Valor Total
COTA PRINCIPAL					
1	MiniDesktop	750	Unid.	R\$ 10.974,00	R\$ 8.230.500,00
COTA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP					
2	MiniDesktop	250	Unid.	R\$ 10.974,00	R\$ 2.743.500,00
COTA PRINCIPAL					
3	Notebook	338	Unid.	R\$ 11.905,33	R\$ 4.024.001,54
COTA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP					
4	Notebook	112	Unid.	R\$ 11.905,33	R\$ 1.333.396,96
COTA PRINCIPAL					
5	Monitor 24"	1500	Unid.	R\$ 1.534,77	R\$ 2.302.155,00
COTA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP					
6	Monitor 24"	500	Unid.	R\$ 1.534,77	R\$ 767.385,00
COTA PRINCIPAL					
7	Monitor Portátil	134	Unid.	R\$ 2.986,30	R\$ 400.164,20
COTA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP					
8	Monitor Portátil	44	Unid.	R\$ 2.986,30	R\$ 131.397,20
TOTAL GERAL				R\$ 19.932.499,90	

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)
Justificar a necessidade da contratação e o quantitativo solicitado (Itens 2 e 3 do ETP Simplificado). Fazer referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes, se for o caso.
Considerando a descontinuidade de atualizações do Windows 10 e a necessidade de atualização dos equipamentos (Desktops, Notebooks) para a versão Windows 11.
Considerando que a Microsoft alerta sobre possíveis “problemas de desempenho e falta de atualizações de segurança”.
Considerando que há no parque atual do Ministério Público do Estado de Goiás 780 (setecentos e oitenta) minidesktop que não possuem requisito técnico com suporte à versão atualizada do Windows, conforme levantamento junto ao Departamento de Material e Patrimônio.
Considerando que 2388 (dois mil trezentos e oitenta e oito) minidesktop estão sem suporte de garantia, há pelo menos 01 (um) ano. (Fonte: Sistema de Bens – Departamento de Material e Patrimônio).
Considerando que há 380 (trezentos e oitenta) notebooks há mais de 03 (três) anos sem garantia e suporte a atualização para o Windows 11.
Considerando que os desktops seguem o padrão de 02 (duas) telas por equipamento.
Considerando que a instituição utiliza como padrão monitores portáteis para uso em notebooks.
Foi adotado adotado a contratação de 60 (sessenta) meses por apresentar melhor vatajosidade em relação a 12 (meses), conforme pesquisa realizada junto aos fornecedores.
Visto a necessidade de atualização do parque computacional, a manutenção de reserva técnica e disponibilização de equipamentos para demandas não identificadas, necessita-se a criação de Ata de Registro de Preços para contratação de 1000 (mil) miniDesktops, 450 (quatrocentos e cinquenta) Notebooks, 178 (cento e setenta e oito) monitores portáteis de 14” e 2000 (dois mil) Monitores 24”, por meio de Ata de Registro de Preços.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
Descrever a solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto, inclusive manutenção e assistência técnica.
E 1. ITEM 1 - 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA MINI-DESKTOP:

5.1. ITEM 1 E 2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA MINI DESKTOPS:	
5.1.1. PLACA MÃE:	
5.1.1.1.	Arquitetura ITX, e suas variações, conforme padrões estabelecidos;
5.1.1.2.	Com total suporte às características especificadas para o Processador, Memória RAM, Interface de Vídeo e SSD, presentes neste Termo de Referência;
5.1.1.3.	Suporte a, no mínimo, 64GB (sessenta e quatro Gigabytes) de memória RAM padrão DDR5-5600 MT/s (Mega Transfers por segundo) ou superior;
5.1.1.4.	Possuir, no mínimo, 02 (dois) slots para memória RAM do tipo DDR5-5600 MT/s (Mega Transfers por segundo) ou superior;
5.1.1.5.	Suporte ao modo Dual Channel para o barramento de memória;
5.1.1.6.	Possuir, no mínimo, uma (01) interface (slot) PCI Express 4.0 de, no mínimo, 16Gb/s (Gigabit por segundo) para instalar SSD M.2 NVME. Não serão aceitas interfaces externas ao gabinete;
5.1.1.7.	A Placa mãe deverá ter suporte ao protocolo NVME;
5.1.1.8.	A placa mãe deverá ter inteira compatibilidade com o SSD ofertado;
5.1.1.9.	Deverá possuir número de série registrado na sua BIOS, possibilitando, ainda, sua leitura na forma remota por meio de comandos DMI 2.0 (ou superior) ou equivalente;
5.1.1.10.	Possuir capacidade para desligamento do vídeo e da unidade de armazenamento após tempo determinado pelo usuário, e religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse, e que possua a função de economia de energia para monitor, placa mãe e unidade de armazenamento;
5.1.1.11.	Compatível com WOL (Wake-up On LAN), com esta funcionalidade habilitada de fábrica, totalmente funcional;
5.1.1.12.	Possuir chip TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0, similar ou superior, soldado à placa principal, acompanhado de drivers e software para implementação, configuração e gerenciamento do módulo TPM 2.0, devidamente implementado;
5.1.1.13.	Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permite a detecção de abertura, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia;
5.1.1.14.	Deverá suportar gerenciamento remoto por meio da tecnologia vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).
5.1.2. PROCESSADOR:	
5.1.2.1.	Serão aceitos equipamentos que possuam pelo menos um dos seguintes processadores instalado: Intel Ultra (7 ou 9) série 200, AMD Ryzen PRO (7 ou 9) série 200 ou 300, e que atendam pelo menos os seguintes requisitos:
5.1.2.1.1.	A arquitetura do processador deverá ser do tipo x86, com suporte a 64bits;
5.1.2.1.2.	Total compatibilidade com memória RAM DDR5 ou superior e suportar no mínimo a velocidade de 5600 MT/s (Mega Transfers por segundo) ou superior;
5.1.2.1.3.	O processador deverá possuir no mínimo 8 (oito) núcleos físicos;
5.1.2.1.4.	Cache de, no mínimo, 22 MB (Vinte e dois Megabytes) somando L2 e L3;
5.1.2.1.5.	Suportar gerenciamento remoto por meio da tecnologia vPro ou AMD Pro.
5.1.3. CHIPSET:	
5.1.3.1.	Deverá suportar integralmente o processador, memória RAM e SSD do equipamento cotado;
5.1.3.2.	Deverá possuir tecnologia <i>Dual Channel</i> ou superior;
5.1.3.3.	Deverá suportar velocidade do barramento de comunicação com o processador de, no mínimo, a velocidade nominal máxima suportada pelo processador ofertado, não utilizando a funcionalidade de <i>overclock</i> ;
5.1.3.4.	Deverá suportar expansão de memória RAM para, no mínimo, 64GB (sessenta e quatro), padrão DDR5 de 5600 MT/s (Mega Transfers por segundo), ou superior;
5.1.3.5.	Deverá ser projetado para computação com uso eficiente da energia;
5.1.3.6.	Deverá suportar o padrão SMART (<i>Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology</i>);
5.1.3.7.	Deverá suportar a utilização de, no mínimo, 03 (três) monitores independentes sem a necessidade de auxílio de uma placa de vídeo <i>off-board</i> ;
5.1.3.8.	Deverá suportar gerenciamento remoto independente do sistema operacional vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).
5.1.4. GABINETE:	
5.1.4.1.	Design do tipo compacto com característica <i>tool-less</i> (livre de ferramentas), sendo exceção para os periféricos instalados nas conexões M.2;
5.1.4.2.	Gabinete projetado com design específico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical;

5.1.4.3.	O gabinete não poderá ultrapassar o volume de 1,4 litros;
5.1.4.4.	A capacidade em litros é medida através da multiplicação da Altura x Largura x Profundidade do gabinete;
5.1.4.5.	Cor escura em tons de preto, prata ou cinza;
5.1.4.6.	Possuir orifício para colocação de cadeado que impeça o acesso aos componentes internos e orifício para fixação de trava do tipo Kensington;
5.1.4.6.1.	Deverá ser fornecido para cada equipamento trava do tipo Kensington acompanhado de pelo menos 02 (duas) chaves;
5.1.4.7.	Possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB 3.1 ou superior, devendo haver portas parte frontal e traseira do equipamento;
5.1.4.8.	Possuir conectores para microfone e fones de ouvido no painel frontal;
5.1.4.9.	O botão de liga/desliga e luz de indicação de computador ligado (<i>power-on</i>) posicionados na parte frontal do gabinete;
5.1.4.10.	Deverá possuir alto-falante integrado, com capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e <i>buzzer</i> para alarmes gerados por problemas de inicialização. Não serão aceitas adaptações. O alto-falante deverá se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas. Não será aceito o <i>buzzer</i> de alerta em substituição ao alto-falante;
5.1.4.11.	Acabamento interno com superfícies não cortantes, inclusive nas entradas de ar.
5.1.5.	FONTE DE ALIMENTAÇÃO:
5.1.5.1.	Deverá ser compatível com o gabinete e placa principal fornecida, ser reconhecida como acessório do equipamento ou fazer parte da matriz de compatibilidade do equipamento fornecido;
5.1.5.2.	A potência nominal da fonte não poderá exceder 135W;
5.1.5.3.	Somente serão aceitos equipamentos que utilizem fonte externa compatível com o perfeito funcionamento do equipamento. A verificação de compatibilidade será feita por meio do <i>Part Number</i> do componente;
5.1.5.4.	Deverá ser suficiente para suportar todos os componentes e acessórios presentes no Termo de Referência. (Placa principal, interfaces, SSD, memória RAM e demais periféricos);
5.1.5.5.	Deverá aceitar tensões de entrada de 100 a 240 VCA ($\pm 10\%$), 50-60 Hz, com ajuste automático da tensão de entrada.
5.1.6.	MEMÓRIA RAM:
5.1.6.1.	Vir instalado com no mínimo 32 GB (Trinta e dois Gigabytes) DDR5-5600 MT/s (Mega Transfers por segundo) ou superior;
5.1.6.2.	Deverão ser utilizados módulos de memória com capacidade mínima de 16 GB ou superior;
5.1.6.3.	Deverá estar instalada a quantidade mínima de módulos de memória que ative no mínimo dois canais disponíveis de comunicação das memórias com o processador.
5.1.7.	BIOS/ FIRMWARE:
5.1.7.1.	Deve estar em conformidade com a especificação UEFI 2.7 (http://uefi.org), ou mais atualizada. A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members , no qual o fabricante do equipamento deverá constar na listagem em uma das seguintes categorias: PROMOTER, ou CONTRIBUTOS ou ADOPTERS;
5.1.7.2.	Durante o período de garantia, a EMPRESA CONTRATADA deverá ser totalmente responsável pela BIOS e sua atualização, a qual deverá ser realizada via internet, sem a necessidade do uso do sistema operacional. Deverá também promover as alterações que se façam necessárias e corrigir problemas ou danos causados ao equipamento em razão dessa BIOS ou de procedimentos de atualização desta BIOS (que poderão ser acompanhados pela EMPRESA CONTRATADA caso haja necessidade);
5.1.7.3.	Deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre ele, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento, sendo aceitas soluções em regime de O&M ou customizadas desde que devidamente comprovadas através de contrato de cessão de uso entre as partes permitindo direitos sobre o firmware ao integrador. Em todos os casos o fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre o firmware, garantindo assim adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido;
5.1.7.4.	Deve estar em conformidade com as seguintes normativas NIST ou ISO/IEC:
5.1.7.4.1.	NIS 800-147;
5.1.7.4.2.	NIST 800-193;
5.1.7.4.3.	NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015;
5.1.7.5.	Deve possuir ferramenta desenvolvida em acordo com o padrão de segurança NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015 e que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento de forma que os dados não possam mais ser recuperados. Caso esta ferramenta não seja nativa da BIOS, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do equipamento;

5.1.7.6.	Memória de armazenamento do tipo Flash, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação;
5.1.7.7.	Permitir a restrição de acesso através de senha (<i>Power On</i> , Administrador e Unidade de Armazenamento);
5.1.7.7.1.	A CONTRATADA se obrigará a resolver, no período de garantia, casos de perda de senha de Administrador do setup/BIOS sem custos para a CONTRATANTE;
5.1.7.8.	As opções de virtualização devem estar ativadas para permitir execução de programas de máquinas virtuais;
5.1.7.9.	Nenhuma senha deve estar configurada;
5.1.7.10.	Os equipamentos deverão ser entregues com LOGO, fornecida pela CONTRATANTE, para exibição na inicialização do equipamento;
5.1.7.11.	Deverá haver a possibilidade de remoção da LOGO pela própria CONTRATANTE sem necessidade de acionamento da CONTRATADA;
5.1.7.12.	Deverá possuir campo com número de série do equipamento;
5.1.7.13.	Deverá possuir pelo menos um campo editável em memória não volátil. Com no mínimo 12 (doze) caracteres, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento;
5.1.7.14.	O bloco numérico do teclado deve estar ativado, caso seja configurável no BIOS;
5.1.7.15.	Preferencialmente possuir opção de atualização via internet, sendo executado dentro da própria BIOS. Preferencialmente todo o processo de atualização deve iniciar e terminar dentro da própria BIOS, sem auxílio do Sistema Operacional;
5.1.7.16.	Deverá suportar tecnologias de integração à rede como PXE, configuração e controle remotos;
5.1.7.17.	Deverá permitir acesso remoto ao POST (<i>Power on Self Test</i>) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado, através da rede;
5.1.7.18.	Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, processador, memória e unidade de armazenamento, com execução independente do sistema operacional;
5.1.7.19.	Gerenciável remotamente, assumindo-se que o equipamento possa estar desligado, porém energizado pela rede elétrica e conectado localmente a rede de dados;
5.1.7.20.	Deverá permitir ligar o microcomputador remotamente, com controle de acesso, em horários programados;
5.1.7.20.	
5.1.7.21.	Deve permitir salvar as configurações da BIOS em um arquivo e carrega-las em outros equipamentos (de forma individual ou de forma massiva) do mesmo modelo, estando este com senha configurada na BIOS ou não, facilitando assim a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança;
5.1.7.22.	A interface de configuração deverá ser em, pelo menos, um dos idiomas: Português do Brasil ou Inglês.
5.1.8.	SEGURANÇA e GERENCIAMENTO:
5.1.8.1.	O equipamento deve acompanhar ferramenta de segurança já licenciada e com gerenciamento centralizado, acessada através de browser que contemple:
5.1.8.1.1.	Geolocalização: Rastreamento de ativos, utilizando tecnologia como <i>Google Wifi</i> ou GPS, mas não restrita a elas, e que inclua o local atual do ativo e seu histórico de localizações. Possibilidade de criar áreas geográficas demarcadas com base em políticas corporativas. Possibilidade de investigação de dispositivos extraviados, perdidos ou roubados ou dos que estão fora dos limites geográficos estabelecidos ou entrando em um local não autorizado;
5.1.8.1.2.	A solução deve possuir recursos para que em caso de extravio, perda ou roubo do equipamento, após conectá-lo novamente à Internet, seja possível bloqueá-lo, excluir suas informações confidenciais remotamente e gerar relatórios para comprovar sua conformidade com regulamentos governamentais e corporativos;
5.1.8.1.3.	Possuir grau de persistência integrado à BIOS/Firmware ativada de fábrica com recursos para se autorreparar caso o sistema operacional Windows ou a imagem de softwares utilizada pela CONTRATANTE, baseada em Windows, sejam reinstalados ou mesmo o disco rígido substituído;
5.1.8.1.4.	Deverá apresentar comprovação que o equipamento fornecido é compatível com os requisitos solicitados, por meio de site oficial do fabricante/desenvolvedor, como por exemplo Absolute Software (https://www.absolute.com/en-gb/partners/compatibility) ou outro site público de outro fabricante que comprove as mesmas funcionalidades solicitadas;
5.1.8.1.5.	Deverá funcionar por todo o tempo de garantia do equipamento.
5.1.9.	UNIDADE DE ARMAZENAMENTO INTERNA DE DADOS (SSD):
5.1.9.1.	Uma unidade de armazenamento SSD M.2 NVMe;
5.1.9.2.	Capacidade mínima da unidade de armazenamento SSD 512GB;

- 5.1.9.3. Interface: PCIe 4.0 NVMe;
- 5.1.9.4. Velocidade mínima 16Gb/s de transferência de dados;
- 5.1.9.5. Velocidade de escrita e leitura de no mínimo: 2000MB/s e 3000MB/s, respectivamente;
- 5.1.9.6. Retenção de mídia: A empresa licitante deverá permitir que, por questão de segurança, o MP-GO retenha a devolução das unidades de armazenamento defeituosas que tenham sido repostos.

5.1.10. INTERFACE DE REDE FÍSICA:

- 5.1.10.1. Conector RJ-45 fêmea integrada à placa mãe, com suporte mínimo às velocidades de transferência de 10/100/1000Mbps, auto negociável, configurável por softwares e com função Wake-on-lan;
- 5.1.10.2. Suporte a PXE (*Pre-Boot eXecution*), para realizar instalação remota através da rede;
- 5.1.10.3. Deverá suportar gerenciamento remoto independente do sistema operacional (vPro ou AMD Pro);
- 5.1.10.4. Não será aceita solução USB para a interface de conectividade física.

5.1.11. INTERFACE DE REDE WIRELLES:

- 5.1.11.1. Possuir rede sem fio interno ao equipamento, com suporte para padrão 802.11 g/n/ac/ax ou superior integrado ao gabinete, com pelo menos 01 (uma) antena externa ou interna;
- 5.1.11.2. Suportar no mínimo dois canais nas frequências: 2.4, 5GHz;
- 5.1.11.3. Antena no mínimo 2x2;
- 5.1.11.4. Velocidade Mínima 1000Mbps;
- 5.1.11.5. Bluetooth integrado a placa Wi-Fi com a versão mínima de 5.1;
- 5.1.11.6. Deverá ter suporte às tecnologias de autenticações de no mínimo (WPA2; 802.1X (EAP-TLS e PEAP e suporte no mínimo ao protocolo de autenticação: MS-CHAPv2. A comprovação deverá ser realizada ou por meio de documento oficial do fabricante ou por meio do Certificado *Wi-Fi Certified*;
- 5.1.11.7. Não será aceita solução USB para a interface de conectividade wireless;

5.1.11.8. Deverá suportar gerenciamento remoto independente do sistema operacional vPro Intel) ou DASH (AMD Pro).

5.1.11.8.

5.1.12. PLACA DE VÍDEO:

- 5.1.12.1. Controladora gráfica integrada à placa principal (processador), ou dedicada, de no mínimo 2 GB de memória;
- 5.1.12.2. O equipamento deverá ser capaz de operar com, no mínimo, 3 (três) monitores simultaneamente, sem o uso de adaptações;
- 5.1.12.3. Deverá ter suporte à resolução Full HD;
- 5.1.12.4. Suportar, no mínimo, DirectX 12 e OPENGL 4.4, ou seus superiores;
- 5.1.12.5. A solução ofertada deverá apresentar no mínimo 3 (três) saídas de vídeo digitais, devendo ser pelo menos 01 (uma) porta HDMI 2.1 e 01 (uma) do tipo *Display Port*, versão 1.4 ou superior, sem uso de adaptadores ou conversores.

5.1.13. TECLADO E MOUSE:

- 5.1.13.1. O teclado e o mouse deverão ser do tipo *plug and play*, compatíveis com o sistema operacional Windows 11 Pro 64 bits Português-BR ou superior;
- 5.1.13.2. Teclado e mouse com fio, sem o uso de adaptadores, plenamente compatíveis com a interface fornecida pelo equipamento proposto;
- 5.1.13.3. Teclado padrão ABNT-2, possuindo no mínimo 104 teclas, incluindo teclado numérico separado;
- 5.1.13.4. Teclado deverá possuir ajustes de inclinação e resistência a derramamento de líquidos;
- 5.1.13.5. A impressão sobre as teclas deve ser do tipo permanente, resistente ao desgaste por abrasão ou uso prolongado;
- 5.1.13.6. Mouse deverá utilizar tecnologia óptico ou laser, similar ou superior, com no mínimo dois botões e botão de rolagem;
- 5.1.13.7. Mouse deverá possuir roda (*wheel*) para rolagem da tela, não será aceito mouse com tecnologia do tipo *Scroll Point*;
- 5.1.13.8. O mouse deverá ter no mínimo 1000 dpi de resolução;
- 5.1.13.9. Ambos os dispositivos deverão ser da mesma cor predominante do gabinete;
- 5.1.13.10. O teclado e o mouse fornecidos deverão ser originais, do mesmo fabricante do equipamento ofertado, a fim de assegurar a padronização estética, plena compatibilidade funcional e garantia integrada de fábrica. Não serão aceitos dispositivos genéricos ou de terceiros, mesmo que compatíveis, salvo quando comprovadamente fornecidos como parte do conjunto padrão de fábrica pelo próprio fabricante do equipamento.

5.1.14. SISTEMA OPERACIONAL:	
5.1.14.1.	Os equipamentos deverão ser entregues com o Sistema Operacional WINDOWS 11 PRO 64 bits em português do Brasil, para uso corporativo. O Sistema Operacional deverá vir devidamente instalado, com todos os drivers necessários para sua perfeita utilização. A licença de uso (<i>product key</i>) do Sistema Operacional deverá ser fixada em local visível ou gravada na memória flash da BIOS, possibilitando a leitura quando feito a reinstalação do Sistema;
5.1.14.2.	O fornecedor dos equipamentos deverá garantir atualizações de segurança gratuitas para o Sistema Operacional durante todo o período de garantia estabelecida para o equipamento neste termo de referência;
5.1.14.3.	Para o modelo ofertado, o fornecedor deverá comprovar a compatibilidade com o sistema operacional Windows 11 Professional por meio de documento do fabricante do equipamento;
5.1.14.4.	O fabricante do equipamento deverá disponibilizar em seu website, para o equipamento ofertado, download de todos os drivers de dispositivos nas suas versões mais atuais para o sistema operacional exigido.
5.1.15. DOCUMENTAÇÃO:	
5.1.15.1.	Certificação EPEAT 2019 em qualquer de suas categorias e Certificação Energy Star ou Portaria INMETRO número 170. Esses requisitos poderão ser verificados no site www.epeat.net , manuais, catálogos, certificados, portarias, folders, datasheets, páginas da internet ou declaração oficial do fabricante.
5.1.16. ACESSÓRIOS:	
5.1.16.1.	Para cada computador deverá ser entregue um (01) cabo de alimentação elétrica padrão NBR14136.
5.2.ITEM 3 e 4- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA NOTEBOOK:	
5.2.1. GABINETE:	
5.2.1.1.	Deverá possuir desligamento por softwares ao manter-se pressionado o botão liga/desliga, com prevenção de desligamento acidental do computador;
5.2.1.2.	Deverá possuir 1 (um) conector DC ou USB-C para a fonte externa de alimentação bivolt e com auto chaveamento da voltagem;
5.2.1.3.	Deverá permitir abertura da tela em no mínimo 170 graus;
5.2.1.4.	Deverá possuir slot para cabo de segurança;
5.2.1.5.	Deverá ser fornecido para cada equipamento cabo de aço de segurança compatível com o equipamento ofertado de, no mínimo, 1 metro de comprimento, e com, no mínimo, 2 chaves;
5.2.1.6.	Deverá possuir sensor de impressão digital;
5.2.1.7.	Deverá pesar no máximo 1.7Kg, incluindo o equipamento, sua bateria e os demais itens internos instalados.
5.2.1.8.	Possuir sistema de proteção da câmera (webcam) físico, para cobrir a lente fisicamente, para a privacidade (<i>Privacy shutter</i>) do usuário. Não serão aceitos adaptadores.
5.2.1.9.	O perfil da bateria deverá acompanhar o perfil do notebook.
5.2.2. FONTE DE ALIMENTAÇÃO:	
5.2.2.1.	Somente serão aceitos equipamentos que utilizem fonte externa compatível com o perfeito funcionamento do equipamento. A verificação de compatibilidade será feita por meio do <i>Part Number</i> do componente ou por documento oficial do fabricante;
5.2.2.2.	A fonte de alimentação deverá ser suficiente para suportar todos os componentes e acessórios presentes no Termo de Referência. (Placa principal, interfaces, SSD, memória RAM e demais periféricos);
5.2.2.3.	A fonte de alimentação deverá ser do mesmo fabricante do notebook, para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático;
5.2.2.4.	A fonte de alimentação deverá possuir cabo de força de acordo com a exigência da norma do INMETRO NBR 14136.
5.2.3. PLACA PRINCIPAL:	
5.2.3.1.	Com total suporte e compatibilidade às características especificadas para o processador, memória RAM, SSD e interfaces de vídeo presentes neste Termo de Referência;
5.2.3.2.	Deverá ser de fabricação própria e exclusiva para o modelo ofertado;
5.2.3.3.	Deverá ter mecanismos de redução do consumo de energia compatíveis com o padrão ACPI versão 6.5 (<i>Advanced Configuration and Power Interface</i>) ou superior e controle automático de temperatura;
5.2.3.4.	Deverá possuir Chip de segurança TPM (<i>Trusted Platform Module</i>), versão 2.0 ou superior, ou tecnologia FTPM ou tecnologias similares ou superiores integrado à placa mãe. Deverá vir acompanhado de drivers e software do fabricante do equipamento ou fabricado para o mesmo, visando a utilização do recurso;

5.2.3.5. Deverá ter suporte e compatibilidade a gerenciamento remoto por meio da tecnologia vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro);	
5.2.3.6.	Deverá ter suporte ao protocolo NVMe;
5.2.3.7.	Suporte a, no mínimo, 64GB (sessenta e quatro Gigabytes) de memória RAM padrão DDR5-5600 MT/s (Mega Transfers por Segundo) ou superior;
5.2.3.8.	Possuir, no mínimo, 01 (um) slot livre para memória RAM do tipo DDR5-5600 (Mega Transfers por Segundo) ou superior para expansão;
5.2.3.9.	Suporte ao modo Dual Channel para o barramento de memória;
5.2.3.10.	Possuir, no mínimo, uma (01) interface (slot) PCI Express 4.0 de, no mínimo, 16Gb/s (Gigabit por segundo) ou superior, para instalar SSD NVMe. Não serão aceitas interfaces externas ao gabinete.
5.2.4.	CHIPSET:
5.2.4.1.	Deverá ser compatível e suportar integralmente o processador, memória RAM e SSD do equipamento cotado;
5.2.4.2.	Deverá possuir tecnologia <i>Dual Channel</i> ou superior;
5.2.4.3.	Deverá suportar expansão de memória RAM para, no mínimo, 64GB (sessenta e quatro), padrão DDR5 de 5600 MT/s (Mega Transfers por Segundo), ou superior;
5.2.4.4.	Deverá suportar o padrão SMART (<i>Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology</i>);
5.2.4.5.	Deverá suportar a utilização de, no mínimo, 02 (dois) monitores externos independentes, além da tela principal, sem a necessidade de auxílio de uma placa de vídeo off-board;
5.2.4.6. Deverá suportar gerenciamento remoto independente do sistema operacional vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).	
5.2.5.	INTERFACES E DISPOSITIVOS INTEGRADOS:
5.2.5.1.	Interface de som com áudio em alta definição (HD Áudio), com, no mínimo, 2 (dois) alto-falantes estéreo com potência mínima total de 2 (dois) Watts RMS. Deverá possuir conectores multimídia Mic-in/Headphone-out na parte frontal ou lateral do chassi, podendo ser integrados (combo) em um único conector;
5.2.5.2.	Deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) interfaces no formato USB, sendo:
5.2.5.2.1.	Pelo menos 01 (uma) interface <i>Thunderbolt</i> com suporte a velocidade de 40 Gbps, 01 (uma) interface USB Tipo C com suporte a velocidade de 10 Gbps e 02 (duas) interfaces USB Tipo A 3.2 Gen 1 ou superior;
5.2.5.2.2.	Pelo menos uma das interfaces USB Tipo C deverá suportar tráfego de vídeo, dados e energia para uso de monitor portátil externo compatível com esta interface;
5.2.5.2.3.	As portas USB Tipo A deverão ser retrocompatíveis até USB 2.0;
5.2.5.2.4.	Não serão aceitos adaptadores externos ou hubs;
5.2.5.3.	Possuir 1 (uma) interface Bluetooth 5.1 integrada ou configuração superior. Não serão aceitas adaptações com dispositivos USB;
5.2.5.4.	No mínimo, 1 (uma) conexão HDMI versão 2.1 ou superior ou 01 (uma) conexão Display Port versão 1.4 ou superior. Deverá suportar, no mínimo, DirectX 12.1 e OpenGL 4.6 e OpenCL 2.0 ou seus equivalentes ou superiores. Não será aceito adaptador ou conversor para o atendimento deste item;
5.2.5.5.	Câmera de vídeo integrada ao chassi com resolução compatível com resolução FULL HD (1080p) ou superior com suporte a <i>Windows Hello</i> , deverá possuir cortina de privacidade na webcam, não sendo aceito solução externa ao gabinete.
5.2.6.	TELA (DISPLAY):
5.2.6.1.	Tela com tecnologia IPS, equivalente ou superior, de no mínimo 14" e máximo 15";
5.2.6.2.	Resolução nativa de, no mínimo, 1920x1080 pixels, a no mínimo 60Hz;
5.2.6.3.	Brilho de no mínimo 250 cd/m² (nits);
5.2.6.4.	Deverá possuir tratamento antirreflexo;
5.2.7.	PLACA DE VÍDEO:
5.2.7.1.	Controladora gráfica integrada à placa principal (processador), ou dedicada, de no mínimo 2 GB de memória;
5.2.7.2.	Deve suportar a resolução máxima de, no mínimo, 1920 x 1080 a, no mínimo, 60 Hz em 03 (três) telas;
5.2.7.3.	Capacidade de visualização simultânea e independente tanto na tela do notebook quanto em, pelo menos, mais 02 (dois) monitores externos.
5.2.8.	PROCESSADOR:
5.2.8.1.	Serão aceitos equipamentos que possuam pelo menos um dos seguintes processadores do segmento mobile, móvel, laptop ou notebook: Intel Ultra (7 ou 9) série 200, AMD Ryzen (7 ou 9)

	série 200 ou 300, e que atendam pelo menos os seguintes requisitos:
5.2.8.2.	Deverá suportar arquitetura x86 com suporte a 32 bits e 64 bits, desenvolvido especificamente para notebooks;
5.2.8.3.	Deverá possuir no mínimo 8 (oito) núcleos físicos de processamento, com tecnologia que permita que os núcleos aumentem sua própria frequência de operação durante picos de demanda, se estiverem trabalhando abaixo dos limites nominais de temperatura, corrente e desempenho;
5.2.8.4.	O processador poderá contar com tecnologia de emulação de núcleos, sendo que estes não terão validade para contagem de núcleo físico;
5.2.8.5.	Utilizando a frequência (<i>clock</i>) máxima, turbo ou <i>boost</i> , o processador deverá operar no mínimo a 4.8 GHz (Giga-hertz);
5.2.8.6.	Cache de, no mínimo, 22 MB (vinte e dois Megabytes) somando L2 e L3;
5.2.8.7.	Total compatibilidade com memória RAM DDR5 de 5600 MT/s (Mega Transfers por Segundo) ou superior;
5.2.8.8.	Suportar PCIe 4.0 ou superior;
	5.2.8.9. Suportar gerenciamento remoto por meio da tecnologia vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro);
5.2.9.	MEMÓRIA:
5.2.9.1.	Deverá possuir pelo menos 32GB (trinta e dois Gigabytes);
5.2.9.2.	Deverá ser padrão DDR5 de 5600 MT/s (Mega Transfers por Segundo) ou superior, compatíveis com o barramento de memória da placa principal.
5.2.10.	UNIDADE DE ARMAZENAMENTO:
5.2.10.1.	Uma unidade de armazenamento SSD;
5.2.10.2.	Capacidade mínima da unidade de armazenamento SSD 512GB;
5.2.10.3.	Deverá ter suporte ao protocolo NVMe;
5.2.10.4.	Formato físico: M.2;
5.2.10.5.	Interface: PCIe 4.0 ou superior;
5.2.10.6.	Velocidade de escrita e leitura de no mínimo: 2000MB/s e 3000MB/s, respectivamente;
5.2.10.7.	Retenção de mídia: A empresa licitante deverá permitir que, por questão de segurança, o MPMO retenha a devolução das unidades de armazenamento defeituosas que tenham sido repostos.
5.2.11.	CONTROLADORAS DE REDE:
	5.2.11.1. INTERFACE DE REDE CABEADA:
	5.2.11.1.1. Possui interface de rede RJ-45 (fêmea) integrada à placa principal, com velocidade de 10/100/1000 Mbps, com suporte à tecnologia de gerenciamento vPRO ou DASH e com os padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosenso, full duplex e “plug & play”, configurável totalmente por software;
	5.2.11.1.1.1.
	5.2.11.1.2. Deverá suportar os seguintes recursos:
	5.2.11.1.2.1. PXE 2.1 (Pré-boot eXecution Envoirement);
	5.2.11.1.2.2. WOL (Wake on LAN), para despertar o equipamento, pelo menos, a partir dos estados S3 (sleep/standby) e S4 (hibernation/suspend to disk);
	5.2.11.1.3. Suporte à tecnologia de gerenciamento vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).
	5.2.11.2. INTERFACE DE REDE WIRELLES:
	5.2.11.2.1. Possuir rede sem fio interno ao equipamento, com suporte para padrão 802.11 g/n/ac/ax ou superior integrado ao gabinete;
	5.2.11.2.2. Suportar no mínimo dois canais nas frequências: 2.4, 5GHz;
	5.2.11.2.3. Antena no mínimo 2x2;
	5.2.11.2.4. Velocidade Mínima 1000Mbps;
	5.2.11.2.5. Bluetooth integrado a placa Wi-Fi com a versão mínima de 5.1;
	5.2.11.2.6. Deverá ter suporte às tecnologias de autenticações de no mínimo (WPA2; 802.1X (EAP-TLS e PEAP) e suporte no mínimo ao protocolo de autenticação: MS-CHAPv2. A comprovação deverá ser realizada ou por meio de documento oficial do fabricante ou por meio do Certificado Wi-Fi Certified;
	5.2.11.2.7. Suporte à tecnologia de gerenciamento vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).
5.2.12.	TECLADO E TOUCHPAD:

- 5.2.12.1. Teclado padrão ABNT-2;
- 5.2.12.2. Com todos os caracteres da língua portuguesa;
- 5.2.12.3. Do tipo retro iluminado;
- 5.2.12.4. Possuir Led que sinalize ativação do “Caps Lock”. O Led pode ficar no próprio teclado ou em outra local do gabinete do notebook que identifique como “Caps Lock” ativado ou desativado;
- 5.2.12.5. Presença de doze teclas de funções (F1-F12) situadas na porção superior do teclado;
- 5.2.12.6. Possuir botões controladores de som (aumentar, diminuir e muda para alto-falante), sendo aceita a utilização de tecla de função (Fn);
- 5.2.12.7. Impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
- 5.2.12.8. Dispositivo apontador do tipo “touchpad” que realize as funções de um mouse: mover, selecionar, clicar ou arrastar um objeto, chamar menus suspensos e rolar um texto para baixo ou para cima;
- 5.2.12.9. O teclado deverá possuir sistema de proteção contra derramamento de líquidos.

5.2.13. FIRMWARE/BIOS:

- 5.2.13.1. A interface de configuração deverá ser em, pelo menos, um dos idiomas: Português do Brasil ou Inglês;
- 5.2.13.2. Deve estar em conformidade com a especificação UEFI 2.7 (<http://www.uefi.org>), ou versão mais atualizada. A comprovação deverá ser feita através do site www.uefi.org/members, no qual o fabricante do equipamento deverá constar na listagem em uma das seguintes categorias: PROMOTERS, ou CONTRIBUTORS ou ADOPTERS;
- 5.2.13.3. Durante o período de garantia do equipamento, a EMPRESA CONTRATADA será totalmente responsável pela BIOS e sua atualização. Para atualização de BIOS preferencialmente possuir opção de ser realizada via internet, sendo executado dentro da própria BIOS, sem a necessidade do uso do sistema operacional, ou atualização por meio de pen drive. A EMPRESA CONTRATADA deverá promover as alterações que se façam necessárias e corrigir problemas ou danos causados ao equipamento em razão dessa BIOS ou de procedimentos de atualização desta BIOS (que poderão ser acompanhados pela EMPRESA CONTRATADA caso haja necessidade);
- 5.2.13.4. Deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre ele, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento, sendo aceitas soluções em regime de O&M ou customizadas desde que devidamente comprovadas através de contrato de cessão de uso entre as partes permitindo direitos sobre o firmware ao integrador. Em todos os casos o fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre o firmware, garantindo assim adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido;
- 5.2.13.5. Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar definitivamente os dados contidos na unidade de armazenamento SSD acessível pela BIOS;
- 5.2.13.6. Deverá permitir o acesso remoto ao sistema operacional e ao processo de inicialização do microcomputador através de interface gráfica, com acesso aos dados do POST, e com permissão de leitura e escrita à BIOS, além de controle remoto de mouse e teclado, independente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional;
- 5.2.13.7. Deverá permitir o gerenciamento remoto do microcomputador mesmo desligado, desde que energizado pela rede elétrica e conectado localmente à rede de dados, permitindo ligar o microcomputador remotamente, com controle de acesso, e com possibilidade de definir horários programados;
- 5.2.13.8. Deve estar em conformidade com as seguintes normativas NIST ou ISO/IEC:
 - 5.2.13.8.1. NIS 800-147;
 - 5.2.13.8.2. NIST 800-193;
 - 5.2.13.8.3. NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015;
- 5.2.13.9. Deve possuir ferramenta desenvolvida em acordo com o padrão de segurança NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015 e que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento de forma que os dados não possam mais ser recuperados. Caso esta ferramenta não seja nativa da BIOS, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do equipamento;
- 5.2.13.10. Memória de armazenamento do tipo Flash, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação;
- 5.2.13.11. Permitir a restrição de acesso através de senha (Power On, Administrador e Unidade de Armazenamento);
 - 5.2.13.11.1. A CONTRATADA se obrigará a resolver, dentro do período de garantia, casos de perda de senha de administrador do setup/BIOS sem custos para a CONTRATANTE;
- 5.2.13.12. Deverá permitir acesso remoto ao POST (Power on Self Test) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado, através da rede;
- 5.2.13.13. As opções de virtualização devem estar ativadas para permitir execução de programas de máquinas virtuais;
- 5.2.13.14. Nenhuma senha deve estar configurada;

- 5.2.13.15. Os equipamentos deverão ser entregues com LOGO, fornecida pela CONTRATANTE, para exibição na inicialização do equipamento;
- 5.2.13.16. Deverá haver a possibilidade de remoção da LOGO pela própria CONTRATANTE sem necessidade de acionamento da CONTRATADA;
- 5.2.13.17. Deverá possuir pelo um campo editável em memória não volátil, com no mínimo 12 (doze) caracteres, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento;
- 5.2.13.18. Deverá possuir campo com número de série do equipamento;
- 5.2.13.19. Possuir suporte para senhas de Setup (com diferenciação de maiúscula e minúscula) para *Power On*, Administrador e Disco rígido;
- 5.2.13.20. Deverá suportar tecnologias de integração à rede como PXE, configuração e controle remotos;
- 5.2.13.21. Deverá possuir compatibilidade com rede 802.3;
- 5.2.13.22. Deve permitir salvar as configurações do BIOS em um arquivo e carregá-las em outros equipamentos (de forma individual ou de forma massiva) do mesmo modelo, estando este com senha configurada no BIOS ou não, facilitando assim a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança
- 5.2.13.23. Deverá dispor de software do mesmo fabricante do equipamento para diagnóstico de problemas com as seguintes características:
 - 5.2.13.23.1. A fim de permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (*Unified Extensible Firmware Interface*) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);
 - 5.2.13.23.2. O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;
 - 5.2.13.23.3. Deverá verificar, testar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);

5.2.14. SEGURANÇA E GERENCIAMENTO:

- 5.2.14.1. O equipamento deve acompanhar ferramenta de segurança já licenciada e com gerenciamento centralizado, acessada através de *browser* que contemple:
 - 5.2.14.1.1. Geolocalização: Rastreamento de ativos, utilizando tecnologia como *Google Wifi* ou GPS, mas não restrita a elas, e que inclua o local atual do ativo e seu histórico de localizações. Possibilidade de criar áreas geográficas demarcadas com base em políticas corporativas. Possibilidade de investigação de dispositivos extraviados, perdidos ou roubados ou dos que estão fora dos limites geográficos estabelecidos ou entrando em um local não autorizado;
 - 5.2.14.1.2. A solução deve possuir recursos para que em caso de extravio, perda ou roubo do equipamento, após conectá-lo novamente à Internet, seja possível bloqueá-lo, excluir suas informações confidenciais remotamente e gerar relatórios para comprovar sua conformidade com regulamentos governamentais e corporativos;
 - 5.2.14.1.3. Possuir grau de persistência integrado à BIOS/Firmware ativada de fábrica com recursos para se autorreparar caso o sistema operacional Windows ou a imagem de softwares utilizada pela CONTRATANTE, baseada em Windows, sejam reinstalados ou mesmo o disco rígido substituído;
 - 5.2.14.1.4. Suporte à parametrização, configurações iniciais e esclarecimentos de dúvidas para utilização da ferramenta;
 - 5.2.14.1.5. Deverá apresentar comprovação que o equipamento fornecido é compatível com os requisitos solicitados, por meio de site oficial do fabricante/desenvolvedor, como por exemplo Absolute Software (<https://www.absolute.com/en-gb/partners/compatibility>) ou outro site público de outro fabricante que comprove as mesmas funcionalidades solicitadas;
 - 5.2.14.1.6. Deverá funcionar por todo o tempo de garantia do equipamento.

5.2.15. SISTEMA OPERACIONAL:

- 5.2.15.1. Os equipamentos deverão ser entregues com o Sistema Operacional WINDOWS 11 PRO 64, em português do Brasil, para uso corporativo. O Sistema Operacional deverá vir devidamente instalado, com todos os drivers necessários para sua perfeita utilização. A licença de uso (*product key*) do Sistema Operacional deverá ser fixada em local visível ou gravada na memória flash da BIOS, possibilitando a leitura quando feito a reinstalação do Sistema;
- 5.2.15.2. O fornecedor dos equipamentos deverá garantir atualizações de segurança gratuitas para o Sistema Operacional durante todo o período de garantia estabelecida para o equipamento neste termo de referência;
- 5.2.15.3. Para o modelo ofertado, o fornecedor deverá comprovar a compatibilidade com o sistema operacional Windows 11 Professional por meio de documento do fabricante do equipamento;
- 5.2.15.4. O fabricante do equipamento deverá disponibilizar em seu website, para o equipamento ofertado, download de todos os drivers de dispositivos nas suas versões mais atuais para o sistema

	operacional exigido.
5.2.16.	DOCUMENTAÇÃO: 5.2.16.1. Certificação EPEAT 2019 em qualquer de suas categorias e Certificação Energy Star ou Portaria INMETRO número 170. Esses requisitos poderão ser verificados no site www.epeat.net, manuais, catálogos, certificados, portarias, folders, datasheets, páginas da internet ou declaração oficial do fabricante.
5.2.17.	MOUSE: 5.2.17.1. Cada notebook entregue deverá vir acompanhado de um mouse e de um “<i>mouse pad</i>”; 5.2.17.2. Garantia on-site igual à do objeto; 5.2.17.3. Com conexão via cabo USB; 5.2.17.4. Com design ergonômico e ambidestro; 5.2.17.5. Possuir duas teclas e botão scroll; 5.2.17.6. Com tecnologia óptica ou laser; 5.2.17.7. Instalação do tipo plugar e utilizar (plug and play); 5.2.17.8. Resolução de no mínimo 1000 pontos por polegada (dpi); 5.2.17.9. Compatível com Windows 10 ou superior; 5.2.17.10. Deverá vir acompanhado de “mouse pad” ergonômico com suporte para pulso e com superfície adequada para utilização do mouse fornecido.
5.2.18.	MALETA: 5.2.18.1. Cada notebook entregue deverá vir acompanhado de uma maleta; 5.2.18.2. Garantia on-site igual à do objeto; 5.2.18.3. A maleta deverá ter no mínimo 03 (três) compartimentos para acomodar com segurança o notebook, monitor portátil de no mínimo 14” e no máximo 16”, fonte de alimentação e mouse; 5.2.18.4. A maleta deve ser impermeável e deve possuir acolchoamento para proteger o equipamento durante seu transporte.
5.3.	ITEM 5 e 6 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA MONITOR 24”: 5.3.1. Tamanho mínimo de 23.8” e máximo 24.5”; 5.3.2. Painel com tecnologia IPS ou Equivalente; 5.3.3. Ângulo de visualização no mínimo: 178° Vertical / 178° Horizontal; 5.3.4. Painel com tecnologia antibrilho ou antirreflexivo ou antiofuscamento; 5.3.5. Resolução mínima de 1920 x 1080; 5.3.6. Proporção de tela 16:9; 5.3.7. Pixel por Polegada (PPI) mínimo de 92; 5.3.8. Brilho mínimo de 250 cd/m²; 5.3.9. Relação de contraste estático mínimo 1.000:1; 5.3.10. Tecnologia LED ou WLED; 5.3.11. Tempo de reposta máximo de 8 ms; 5.3.12. Intensidade de cores no mínimo 16,7 milhões em 60Hz; 5.3.13. Possuir tecnologia “<i>Low Blue Light</i>” e “<i>Flicker-Free</i>”; 5.3.14. Deverá possuir pelo menos as seguintes interfaces: HDMI e Display Port. (não será aceito a utilização de adaptadores ou conversores); 5.3.15. O monitor deverá ter suporte com tecnologia de rotação de tela nos modos paisagem e retrato, sem o uso de adaptadores e sem a necessidade de desmontagem da instalação; 5.3.16. O monitor deverá possuir suporte com regulagem de ajustável de altura, giro de tela e inclinação de no mínimo -5 à +20º, sem a necessidade de desmontagem da instalação; 5.3.17. Deverá suportar padrão de suporte VESA 75 mm x 75 mm ou 100 mm x 100 mm; 5.3.18. A base (suporte, pé) do monitor deverá ser da cor preta, cinza, grafite ou prata; 5.3.19. O monitor deverá ser predominante na cor preta, cinza, prata ou grafite; 5.3.20. Fonte de alimentação interna com ajuste automático de voltagem, suportando faixas de tensão de 100-240VAC. Compatível, no mínimo, com a frequência de 60Hz sem o uso de conversores ou transformadores externos;

5.3.21.	Deverá ter controles em português ou inglês com as seguintes funções mínimas: brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;
5.3.22.	O monitor ofertado deverá ter certificação, comprovação ou selo de eficiência energética brasileira ou padrão internacional a exemplo da “Energy Star”;
5.3.23.	ACESSÓRIOS:
5.3.23.1.	Deverá ser entregue 01 (um) cabo de alimentação padrão NBR14136 para cada monitor entregue;
5.3.23.2.	Deverá ser entregue 01 (um) cabo de vídeo Display Port, com no mínimo 1.8m, para cada monitor entregue;
5.3.23.3.	Deverá ser entregue 01 (um) cabo de vídeo HDMI, com no mínimo 1.8m, para cada monitor entregue;
5.4. ITEM 7 e 8 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA MONITOR PORTÁTIL:	
5.4.1.	Tamanho mínimo de 14” e máximo de 16”;
5.4.2.	Display com tecnologia IPS ou superior;
5.4.3.	Taxa de atualização mínimo de 60Hz;
5.4.4.	Proporção de tela de 16:9;
5.4.5.	Luminosidade mínima de 300 cd/m² (nits);
5.4.6.	Possuir tecnologia antirreflexo;
5.4.7.	Pixel por polegada mínimo de 157;
5.4.8.	Resolução nativa mínimo de 1920x1080;
5.4.9.	Tempo de resposta de no máximo 7 milissegundos;
5.4.10.	Ângulo de visualização horizontal e vertical mínimo de 178º;
5.4.11.	Deverá possuir, no mínimo, uma conexão USB 3.1 Tipo C para carregamento de energia e carregamento de vídeo, para que este monitor seja ligado a um notebook.
5.4.12.	Não será aceito monitor que tenha necessidade de alimentação externa. Ou seja, a transferência elétrica e de vídeo deverá ser única e exclusivamente pela conexão USB 3.1 Tipo C;
5.4.13.	Para cada monitor deverá ser entregue um cabo USB 3.1 Tipo C x USB 3.1 Tipo C com suporte para carregamento de energia e carregamento de vídeo, para ligar o monitor portátil a um notebook;
5.4.14.	O monitor deverá ter suporte para ficar em posição de visualização;
5.4.15.	Para cada monitor deverá ser entregue capa (case) para proteção da tela.

6. PRAZO DE ENTREGA
60 (sessenta) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

7. LOCAL DE ENTREGA (OU LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO)
<i>Indicar os locais de entrega dos objetos e as regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso.</i>
A entrega deverá ser realizada na sede do Ministério Público do Estado de Goiás, Rua 23, esquina com Av. Fued José Sebba, Qd A 06 Lts 15/24, CEP 74805-100, Jardim Goiás – Goiânia – Go, devendo a CONTRATADA realizar um pré-agendamento com Departamento de Material e Patrimônio no telefone 62-3243-8501.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
<i>Descrever os padrões mínimos de qualidade, incluindo exigência de amostra, laudo, apresentação de catálogo, prospecto do fabricante, admissão de subcontratação, garantia da contratação, critérios de sustentabilidade.</i>
DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS: O(s) itens(s) ofertado(s) deverá(ão) pertencer à linha atual de produção do fabricante, sendo que a comprovação será realizada por meio de catálogo, folder, site oficial ou declaração do próprio fabricante; Nos preços cotados, deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, seguro, garantia, impostos, taxas, frete, embalagens, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais desse termo; Todos os itens das especificações técnicas deverão estar identificados através de manuais, catálogos, folders, datasheets,

declaração oficial do fabricante ou páginas da internet do fabricante indicando o número da folha ou documento referenciado para comprovação de requisitos, os quais devem ser apresentados juntos com a proposta;

O MP-GO reserva-se o direito de efetuar diligências para comprovação dos itens obrigatórios, bem como das características técnicas dos equipamentos. Poderá ser exigida, nestas diligências, documentação comprobatória dos requisitos, funcionalidades e características técnicas dos equipamentos.

A Proponente deve ofertar o equipamento com uma única tecnologia de Gerenciamento Remoto, escolhendo entre vPro ou DASH. A solução ou arquitetura selecionada deverá ser uniforme e plenamente suportada pela Placa Mãe, Processador, Chipset e Placa de Rede do equipamento.

SUSTENTABILIDADE:
Os equipamento ofertados devem atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:
Possuir controle e redução de emissão de gases de efeito estufa durante a sua produção, verificada por terceiros;
Possuir processos de fabricação e montagem energeticamente eficientes;
O fabricante de possuir metas publicamente divulgadas para redução dos gases de efeito estufa;
Deve utilizar fontes de energia renováveis em sua produção;
A comprovação de atendimento aos critérios de sustentabilidade poderá ser realizada através da apresentação de certificações ISO/INMETRO específicas de atendimento ou através de selos ecológicos que atestem atendimento específico e explícito a tais exigências;
As embalagens dos produtos deverão ser 100% constituídas de materiais reciclados/recicláveis e devem garantir a proteção dos equipamentos durante a fase de transporte e armazenagem.

REQUISITOS DA AMOSTRA:
O MP-GO poderá solicitar ao licitante detentor da melhor proposta, amostra dos equipamentos, com a pertinente documentação técnica, para verificar conformidade com as características técnicas que constam das especificações do Edital;
O prazo da entrega da amostra, no prédio do MP-GO em Goiânia, será de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação do licitante. Caso a amostra não seja entregue no prazo estabelecido, ou apresente problemas de funcionamento durante a análise técnica ou configuração inferior à especificada, a proposta será automaticamente desclassificada para o respectivo item;
A amostra apresentada deverá ser idêntica ao equipamento ofertado e o proponente que não disponibilizar o (s) equipamento (s) para teste será desclassificado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:
O recebimento provisório dos componentes, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações técnicas exigidas, deverá ocorrer a partir da entrega dos bens no Departamento de Material e Patrimônio;
A verificação da conformidade técnica do produto será feita em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento provisório. Neste período o prazo de recebimento definitivo estará suspenso;
O recebimento definitivo deverá ocorrer após a verificação da conformidade técnica do produto, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a data de entrega do objeto pela contratada, por no mínimo, dois membros da equipe técnica da Superintendência de Informática do MP-GO;
Após o recebimento definitivo, será iniciada a fase de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas e da contagem do prazo da garantia;
A atestação não exime o licitante vencedor de responsabilidades futuras, em virtude de constatação posterior de defeitos em componentes que não tenham sido detectados nos testes iniciais, de especificações de componentes e de documentações inadequadas.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
<i>Descrever deveres do contratado e do contratante. Definir como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.</i>
A aquisição se dará por item, conforme demanda da instituição.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
<i>Descrever como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo MPGO.</i>
Serão adotados, conforme o padrão já utilizado pelo Ministério Público do Estado de Goiás. Será acompanhamento pelo Departamento de Infraestrutura em conjunto com Departamento de Material e Patrimônio

11. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA
<i>Especificar a garantia exigida e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.</i>
11. DA GARANTIA E MANUTENÇÃO: 11.1 Garantia mínima de 60 (sesenta) meses para miniDesktops, notebooks e monitores, e 36 (trinta e seis) meses para baterias dos notebooks, contados a partir do aceite definitivo do produto (confirmado com o carimbo e assinatura de recebimento na nota fiscal), para todos os itens contratados, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. 11.2 A garantia deverá contemplar proteção contra danos acidentais, tais como queda, derramamento de líquidos e ou sobrecargas elétricas. A comprovação deste item se dará por documentação do fabricante ou do fornecedor;

11.3	A cobertura para danos acidentais aplica-se a notebooks, monitores 24" e monitores portáteis, com pelo menos as seguintes condições:
11.3.1	Um acionamento por item a cada período de 12 meses, contados a partir da data do último reparo ou substituição;
11.3.2	O reparo ou substituição não contempla o mesmo tipo de defeito ou dano já atendido anteriormente no mesmo item, exceto se decorrente de um novo evento acidental distinto.
11.4	Para efeito de dimensionamento, historicamente a utilização de garantia por danos acidentais tem-se o seguinte registro para o período de 60 (sessenta) meses:
11.4.1	Notebooks: 10 (dez) acionamentos, considerando o parque de 500 (quinhentos) notebooks.
11.4.2	Monitores: 10 (dez) acionamentos, considerando o parque de 4000 (quatro mil) monitores.
11.4.3	Monitores portáteis: 5 (cinco) acionamentos, considerando o parque de 550 (quinhentos e cinquenta) monitores portáteis.
11.5	Caso haja necessidade de substituição de algum dos componentes durante o período de garantia, a CONTRATADA poderá, às suas expensas, substituir o item defeituoso por outro.
11.6	A substituição do dispositivo, das peças e das partes defeituosas não deve incidir em ônus financeiro para o MP-GO, sendo admitida a reposição por peças recondicionadas ou usadas, desde que sejam homologadas pelo fabricante e não comprometa a continuidade da garantia, exceto unidade de armazenamento conforme item 5.1.9.6;
11.7	Caso a garantia seja do tipo estendida e adquirida como pacote de serviço ou similar, deverá ser apresentada no ato da entrega do produto, nota de aquisição relativa à garantia ou o certificado de ativação junto ao emissor da garantia, que seja passível de validação;
11.8	A garantia deverá contemplar a solução de qualquer problema de hardware ou software que seja de responsabilidade do fabricante, incluindo, mas não se limitando, a reposição de peças e elementos necessários ao funcionamento, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;
11.9	O serviço de garantia deve englobar a solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de configuração e de utilização dos equipamentos, a remoção dos vícios apresentados pelos equipamentos, materiais, drivers e outros componentes que sejam disponibilizados com o equipamento;
11.10	A garantia ofertada deverá ser do tipo on-site, na Sede do Ministério Público do Estado de Goiás, em Goiânia, no Laboratório de Informática;
11.11	Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação de responsável do Ministério Público do Estado de Goiás e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;
11.12	O prazo máximo para reparo ou solução dos chamados abertos, contado a partir da abertura do chamado é de 120 (cento e vinte) horas corridas, excluindo da contagem do prazo os dias de finais de semanas e feriados;
11.13	A CONTRATADA deverá manter central de atendimento para abertura de chamados pelo menos no horário de 12 (doze) às 19 (dezenove) horas, de segunda a sexta-feira. A central deverá ser acionada por meio de telefone, e-mail, ou site na internet. Caso o local de abertura de chamado não seja a cidade de Goiânia o telefone deverá ser do tipo 0800 – para ligações gratuitas.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
O material/serviço será entregue/executado de que forma?
() Imediata e total, com pagamento único do valor total contratado/empenhado.
(X) Estimada, variando conforme a demanda/solicitação.
() Parcelada, porém com valor total contratado determinado.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	
Descrever exigências de qualificação técnica, critério de julgamento da proposta e forma de seleção.	
Critério de julgamento:	A contratação será:
(x) menor preço	(x) por item
() maior desconto	() por lote
() melhor técnica ou conteúdo artístico	() global
() técnica e preço	Caso a contratação não seja por item, justificar a aglutinação: .

() maior lance	
() maior retorno econômico (maior desconto combinado como menor valor de mão-de-obra)	
Exigências de qualificação técnica:	

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
<i>Devem ser acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.</i>
R\$ 19.932.499,90 (Dezenove milhões e novecentos e trinta e dois mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A presente aquisição será autorizada pelo Ordenador de Despesas após emissão da Estimativa de Impacto Orçamentário, que conterà a(s) respectiva(s) dotação(ões) orçamentária(s), nos termos do Ato PGJ 80/2023, Art. 5º, parágrafo único.

16. ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
<i>Indicar o item do PCA correspondente a esta aquisição/contratação. Caso não esteja prevista, justificar a necessidade de sua inclusão no plano.</i>
<i>Acesse a versão atualizada do PCA em https://www.mpgp.mp.br/transparencia/licitacao_contratos_convenios/plano_anual_contratacao_padronizacao</i>
112 – Modernização da infraestrutura – equipamentos e serviços do ano de 2025.

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
<i>Informar requisitos indispensáveis que não estejam contemplados nos itens anteriores.</i>
Não há.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,em Goiânia, assinado e datado eletronicamente.

Deyse Lucidy Diniz Sanches
Pregoeira

Helena Maria Adorno
Macedo
Superintendente da SGOC

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC

O licitante deverá apresentar o CRC, homologado no Cadastro de Fornecedores do Estado – CADFOR, em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, conforme listados abaixo:

I - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao

seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - Prova de regularidade junto à Fazenda Pública do Estado de Goiás, conforme artigo 43, § 2º do Decreto nº 10.247, de 30 de março de 2023.

Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal, mediante apresentação do CRC, deverá ser de ambas.

Qualificação Econômico-Financeira

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2(dois) último exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

a.1) Comprovação da boa situação financeira da empresa através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:

- ILC: Índice de Liquidez Corrente ou,
- ILG: Índice de Liquidez Geral ou,
- GS: Grau de Solvência

ILC =	$\frac{AC}{PC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
ILG =	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
GS =	$\frac{AT}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

*** Justifica-se a exigência dos índices contábeis para comprovar a boa situação financeira da empresa.**

b) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do domicílio do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação. Caso a certidão não consigne prazo de validade, serão considerados 90 (noventa) dias.

b.1) Caso a licitante esteja em recuperação judicial a empresa deverá apresentar a documentação que comprove sua viabilidade econômica. **(Acórdão nº 5399/2021-TCE/GO)**

Nota:

O Certificado de Regularidade de Registro Cadastral - CRC, deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente “*status irregular*”, será assegurado ao licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

(Nome/razão social) _____, inscrito no CPF/CNPJ nº

_____, nos termos das Resoluções 37/2009, nº 172/2017 e nº 241/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público, e, ainda, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, **DECLARO**, para fins de contratação e fornecimento junto a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Goiás, que:

a) Os sócios desta pessoa jurídica, bem como seus, gerentes e diretores, ou o(s) proponente(s) (no caso de pessoa física) **não são** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou que estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, nos últimos 6 (seis) meses, no Ministério Público do Estado de Goiás.

b) A empresa, seus sócios, dirigentes, gerentes e diretores ou o(s) proponente(s) (no caso de pessoa física) não se enquadram em nenhum dos impedimentos previstos no artigo 14, inclusive em seus incisos e parágrafos, da Lei nº 14.133/2021.

OBS: A vedação do item a) não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade.

OBS: A vedação do item a) se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

Local, xxx de xxx de 2025

(Assinatura do Proponente pessoa física
ou do administrador da pessoa jurídica)

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

Edital de Licitação nº.... /2025

Modalidade: Pregão Eletrônico Processo: 2024.....

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS,

localizada no Edifício-sede (Rua 23, esquina com Av. Fued José Sebba, Qd. A6, Lt 15/24, Jardim Goiás, Goiânia-GO), neste ato representada pelo **Procurador-Geral de Justiça**, e por intermédio do pregoeiro e Equipe de Apoio (nomeados por meio das Portarias nº XX/20XX), CONSIDERANDO o Edital de Licitação n.º /2025 (Modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço por item, pelo Sistema de Registro de Preços), bem como o resultado do julgamento das Propostas de Preços, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás e, ainda, a homologação do Procurador-Geral de Justiça, do processo acima referenciado, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de miniDesktops, Notebooks e monitores, com garantia on-site de 60 (sessenta) meses, por meio de Ata de Registro de Preços**, especificado (s) no Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº **xxx/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:					
CNPJ:					
Endereço:					
Telefone:			Email:		
Item	Discriminação – marca e modelo	Qtde	Und.	Vr. Unitário	Vr. Total

2.2 .A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

- 4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item

registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o **item 5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A assinatura da Ata será realizada de forma eletrônica. Os licitantes devem possuir certificado digital ICP-Brasil registrado no CPF do representante da pessoa jurídica.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no **item 5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

- 5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **item 5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1.**No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2.**No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6.** O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

- 8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1.** Por razão de interesse público;
- 9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade

participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

11.1. O recebimento dos produtos, bem como a atestação da Nota Fiscal Eletrônica/Fatura, deverá ser efetuado por servidor ou comissão designada.

11.2. O prazo concedido para entrega dos produtos é de até 60 (sessenta) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

11.3.A entrega deverá ser realizada na sede do Ministério Público do Estado de Goiás, Rua 23, esquina com Av. Fued José Sebba, Qd A 06 Lts 15/24, CEP 74805-100, Jardim Goiás – Goiânia – Go, devendo a CONTRATADA realizar um pré-agendamento com Departamento de Material e Patrimônio no telefone 62-3243-8501.

Para a realização da entrega, é necessário agendamento prévio, que deve ser solicitado por meio do e-mail: almoxarifado@mpgo.mp.br.

Em caso de dúvidas ou para mais informações, entre em contato pelos telefones: (62) 3243-8501 / 3243-8010.

12. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS ("LGPD")

12.1. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as normas previstas na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), às quais os serviços do presente instrumento estão submetidos, devendo ser utilizados somente para propósitos legítimos e específicos.

12.2. Os dados coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços previstos neste instrumento, observada a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD, e, somente nas hipóteses previstas na legislação, poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades diversas.

12.3. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

13.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços de eventuais parcelas da Ata ainda não pagas será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado 10/10/2025, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **nesse Edital**.

14.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

14.3. Fica eleito o foro da cidade de Goiânia-GO para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata, não obstante qualquer mudança de domicílio que a Contratada venha a adotar, o qual expressamente aqui renúncia.

em Goiânia,..... de..... de 2025.

EMPRESAS:

NOME DA EMPRESA:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:..... RG: CPF:

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor:					
CNPJ:					
Endereço:					
Telefone:			Email:		
Item	Discriminação – marca e modelo	Qtde	Und.	Vr. Unitário	Vr. Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor:					
CNPJ:					
Endereço:					
Telefone:			Email:		
Item	Discriminação – marca e modelo	Qtde	Und.	Vr. Unitário	Vr. Total

ANEXO V

**TERMO DE ANUÊNCIA
NOTIFICAÇÕES POR MEIO DE MENSAGEM ELETRÔNICA**

Contrato/Nota de Empenho n.:
Contratada/Fornecedora:
Objeto:
CNPJ/CPF:
E-mail:
Telefone (WhatsApp):

DECLARO que ACEITO RECEBER COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS POR MEIO DO APLICATIVO WHATSAPP, no contato telefônico supra informado.

Declaro, ainda, que:

- I. Possuo o aplicativo de envio de mensagem eletrônica WhatsApp instalado em aparelho celular, tablet ou computador;
- II. Estou ciente de que o MPMO, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso;
- III. Estou ciente de que, no ato da notificação, o servidor responsável encaminhará pelo aplicativo de mensagens eletrônicas o teor da comunicação relativa a procedimento administrativo decorrente de licitação ou contratação, com a identificação do processo e das partes;
- IV. Estou ciente que considerar-se-á realizada a notificação no momento em que os ícones de envio e entrega de mensagens eletrônicas forem disponibilizados, dispensada a confirmação de leitura, e que, no caso de insucesso da notificação por WhatsApp, será utilizado e-mail e publicação no Diário Oficial do MPMO para a devida comunicação;
- V. Quaisquer dúvidas e manifestações referentes à notificação deverão ser suscitadas exclusivamente nos autos do processo, por meio do protocolo eletrônico, não sendo admitidos questionamentos, dúvidas ou manifestações via WhatsApp;
- VI. Estou ciente de que é proibido o envio por WhatsApp de petições, documentos, imagens ou vídeos;
- VII. Estou ciente, ainda, de que, se houver mudança do número do telefone ou e-mail acima indicados, deverei informar tal fato imediatamente ao MPMO, devendo assinar novo termo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao telefone ou e-mail anteriormente cadastrados na ausência de comunicação da mudança.

(Representante legal)
(Contratada/Fornecedora)

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/20__ QUE ENTRE SI FAZEM A PROCURADORIA-GERAL JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E A EMPRESA _____, PARA AQUISIÇÃO I MINIDESKTOPS, NOTEBOOKS E MONITORES, COM GARANTIA ON-SITE

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS tem sede na Rua 23, esquina com a Avenida Fued José Sebba, Quadra A6, Lotes 15/24, Jardim Goiás, Goiânia-GO, CEP 74.805-100, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.598/0001-30, representada pelo(a) Procurador(a)-Geral de Justiça, Dr. _____, nomeado pelo Decreto de ____/____/____, publicado no diário oficial do Estado de Goiás nº _____, de ____/____/____, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADO: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____.____/____-____, estabelecida na _____, neste ato representado pelo(a) _____, Sr(a). _____, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____-____.

CONTRATANTE e CONTRATADO têm entre si justo e avençado e celebram o presente contrato para aquisição de miniDesktops, Notebooks e monitores, com garantia on-site de 60 (sessenta) meses, autorizado pelo(a) _____, nos termos e especificações do Edital de Licitação nº ____/20__, modalidade Pregão Eletrônico, e da Ata de Registro de Preços nº ____/20__, constantes do Processo nº 202500404937, observada a solicitação no Processo nº _____, sujeitando-se as partes contratantes às normas da Lei Federal nº 14.133/21 e da Lei Estadual nº 17.928/12, e de suas alterações, às cláusulas contratuais, e, nos casos omissos, à lei civil comum, mediante as condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é Aquisição de miniDesktops, Notebooks e monitores, com garantia on-site de 60 (sessenta) meses, por meio de Ata de Registro de Preços, observadas todas as especificações e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos, e na proposta comercial ofertada pelo Contratado, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato fica vinculado aos exatos termos e especificações constantes do Edital nº ____/20__ e seus Anexos, modalidade Pregão Eletrônico, cuja realização decorre da autorização do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, e da Ata de Registro de Preços nº ____/20__, constantes do Processo nº 202500404937, observada a solicitação no Processo nº _____, e à proposta do Contratado, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. À execução deste contrato são aplicáveis a Lei Federal nº 14.133/21 e a Lei Estadual 17.928/2012, e suas alterações, e, nos casos omissos, a lei civil comum, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O valor estimado global do contrato será de R\$ _____ (_____), na forma discriminada abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Unidade	Valor unitário	Valor Total
COTA PRINCIPAL					

COTA PRINCIPAL					
1	MiniDesktop	750	Unid.	R\$	R\$ _____
COTA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP					
2	MiniDesktop	250	Unid.	R\$	R\$ _____
COTA PRINCIPAL					
3	Notebook	338	Unid.	R\$	R\$ _____
COTA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP					
4	Notebook	112	Unid.	R\$	R\$ _____
COTA PRINCIPAL					
5	Monitor 24"	1500	Unid.	R\$	R\$ _____
COTA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP					
6	Monitor 24"	500	Unid.	R\$	R\$ _____
COTA PRINCIPAL					
7	Monitor Portátil	134	Unid.	R\$	R\$ _____
COTA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP					
8	Monitor Portátil	44	Unid.	R\$	R\$ _____
TOTAL GERAL				R\$ _____	

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento referente aos serviços contratados será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão e protocolização da nota fiscal eletrônica correspondente, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

6.2. Para fins de pagamento, ainda será solicitada a apresentação das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, que deverão apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

6.3. Na ocorrência de rejeição de nota fiscal, motivada por erro ou incorreção, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal corrigida.

6.4. Ultrapassado o prazo para pagamento previsto nesta cláusula, o Contratado fará jus à atualização monetária referente ao índice do IGP-M (FGV) e a juros simples de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se *apro-rata-die* da data do vencimento até o efetivo pagamento.

6.5. A Procuradoria-Geral de Justiça reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos e/ou serviços não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

6.6. A nota fiscal deverá ser emitida observando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura, na forma dos artigos 106 da Lei nº

14.133, de 2021, com eficácia legal após a sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.2. Deverá ser observada, a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais datadas de 10/10/2025.

8.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO

9.1. O prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

9.2. A entrega deverá ser realizada na sede do Ministério Público do Estado de Goiás, Rua 23, esquina com Av. Fued José Sebba, Qd A 06 Lts 15/24, CEP 74805-100, Jardim Goiás – Goiânia – Go, devendo o Contratado realizar um pré-agendamento com o Departamento de Material e Patrimônio no telefone 62-3243-8501.

9.3. O recebimento provisório dos componentes, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações técnicas exigidas, deverá ocorrer a partir da entrega dos bens no Departamento de Material e Patrimônio.

9.4. A verificação da conformidade técnica do produto será feita em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento provisório. Neste período o prazo de recebimento definitivo estará suspenso.

9.5. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a verificação da conformidade técnica do produto, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a data de entrega do objeto pelo contratado, por no mínimo, dois membros da equipe técnica da Superintendência de Informática do MP-GO.

9.6. Após o recebimento definitivo, será iniciada a fase de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas e da contagem do prazo da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

10.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão, neste exercício, à conta do crédito orçamentário 0750 03 091 4200 4.241, Categoria Econômica/Grupo de Despesa 03, com recursos oriundos do Fundo de Modernização e Aprimoramento Funcional do Ministério Público do Estado de Goiás – FUNEMP/GO (CNPJ nº 07.004.223/0001-76), no valor estimado de R\$ _____ (_____), devidamente empenhado, conforme Documento Único de Execução Orçamentária e Financeira – DUEOF, Empenho nº _____, de ____ de _____ de 20__, e, no exercício seguinte, à conta de crédito orçamentário próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MATRIZ DE RISCO

11.1. Não há previsão de matriz de risco para o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Para efeito da aplicação do disposto na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/21, relativamente a fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, a alteração contratual dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio por parte do Contratado, por meio de planilhas de composição de custos, acompanhada da respectiva documentação comprobatória, sendo

uma contemporânea à apresentação da proposta adjudicada e a outra atual, simétrica com a primeira, de modo a permitir a verificação e mensuração do desequilíbrio que se pretende sanar, além das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente.

12.2. O prazo de resposta/deliberação ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, de que trata o item acima, será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de protocolização do pedido.

12.3. Em caso de necessidade de notificação do Contratado para instrução adequada do pleito, conforme item 12.1, considerar-se-á interrompido o prazo de que trata o item 12.2.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. Não haverá exigência de garantia à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DO OBJETO E DA MANUTENÇÃO

14.1. DA GARANTIA E MANUTENÇÃO:

14.1.1. Garantia mínima de 60 (sessenta) meses para miniDesktops, notebooks e monitores, e 36 (trinta e seis) meses para baterias dos notebooks, contados a partir do aceite definitivo do produto (confirmado com o carimbo e assinatura de recebimento na nota fiscal), para todos os itens contratados, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

14.1.2. A garantia deverá contemplar proteção contra danos acidentais, tais como queda, derramamento de líquidos e ou sobrecargas elétricas. A comprovação deste item se dará por documentação do fabricante ou do fornecedor;

14.1.3. A cobertura para danos acidentais aplica-se a notebooks, monitores 24” e monitores portáteis, com pelo menos as seguintes condições:

14.1.3.1. Um acionamento por item a cada período de 12 meses, contados a partir da data do último reparo ou substituição;

14.1.3.2. O reparo ou substituição não contempla o mesmo tipo de defeito ou dano já atendido anteriormente no mesmo item, **exceto se decorrente de um novo evento acidental distinto.**

14.1.4. Para efeito de dimensionamento, historicamente a utilização de garantia por danos acidentais tem-se o seguinte registro para o período de 60 (sessenta) meses:

14.1.4.1. Notebooks: 10 (dez) acionamentos, considerando o parque de 500 (quinhentos) notebooks.

14.1.4.2. Monitores: 10 (dez) acionamentos, considerando o parque de 4000 (quatro mil) monitores.

14.1.4.3. Monitores portáteis: 5 (cinco) acionamentos, considerando o parque de 550 (quinhentos e cinquenta) monitores portáteis.

14.1.5. Caso haja necessidade de substituição de algum dos componentes durante o período de garantia, o CONTRATADO poderá, às suas expensas, substituir o item defeituoso por outro.

14.1.6. A substituição do dispositivo, das peças e das partes defeituosas não deve incidir em ônus financeiro para o MP-GO, sendo admitida a reposição por peças reconcondicionadas ou usadas, desde que sejam homologadas pelo fabricante e não comprometa a continuidade da garantia, **exceto unidade de armazenamento** conforme item 15.1.9.6;

14.1.7. Caso a garantia seja do tipo estendida e adquirida como pacote de serviço ou similar, deverá ser apresentada no ato da entrega do produto, nota de aquisição relativa à garantia ou o certificado de ativação junto ao emissor da garantia, que seja passível de validação;

14.1.8. A garantia deverá contemplar a solução de qualquer problema de hardware ou software que seja de responsabilidade do fabricante, incluindo, mas não se limitando, a reposição de peças e elementos necessários ao funcionamento, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;

14.1.9. O serviço de garantia deve englobar a solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de configuração e de utilização dos equipamentos, a remoção dos vícios apresentados pelos equipamentos, materiais, drivers e outros componentes que sejam disponibilizados com o equipamento;

14.1.10. A garantia ofertada deverá ser do tipo on-site, na Sede do Ministério Público do Estado de Goiás, em Goiânia, no

Laboratório de Informática;

14.1.11. Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação de responsável do Ministério Público do Estado de Goiás e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

14.1.12. O prazo máximo para reparo ou solução dos chamados abertos, contado a partir da abertura do chamado é de 120 (cento e vinte) horas corridas, excluindo da contagem do prazo os dias de finais de semanas e feriados;

14.1.13. O CONTRATADO deverá manter central de atendimento para abertura de chamados pelo menos no horário de 12 (doze) às 19 (dezenove) horas, de segunda a sexta-feira. A central deverá ser acionada por meio de telefone, e-mail, ou site na internet. Caso o local de abertura de chamado não seja a cidade de Goiânia o telefone deverá ser do tipo 0800 – para ligações gratuitas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

15.1. ITENS 1 e 2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA MINI DESKTOPs:

15.1.1. PLACA MÃE:

- 15.1.1.1. Arquitetura ITX, e suas variações, conforme padrões estabelecidos;
- 15.1.1.2. Com total suporte às características especificadas para o Processador, Memória RAM, Interface de Vídeo e SSD, presentes no Termo de Referência;
- 15.1.1.3. Suporte a, no mínimo, 64GB (sessenta e quatro Gigabytes) de memória RAM padrão DDR5-5600 MT/s (Mega Transfers por segundo) ou superior;
- 15.1.1.4. Possuir, no mínimo, 02 (dois) slots para memória RAM do tipo DDR5-5600 MT/s (Mega Transfers por segundo) ou superior;
- 15.1.1.5. Suporte ao modo Dual Channel para o barramento de memória;
- 15.1.1.6. Possuir, no mínimo, uma (01) interface (slot) PCI Express 4.0 de, no mínimo, 16Gb/s (Gigabit por segundo) para instalar SSD M.2 NVME. Não serão aceitas interfaces externas ao gabinete;
- 15.1.1.7. A Placa mãe deverá ter suporte ao protocolo NVME;
- 15.1.1.8. A placa mãe deverá ter inteira compatibilidade com o SSD ofertado;
- 15.1.1.9. Deverá possuir número de série registrado na sua BIOS, possibilitando, ainda, sua leitura na forma remota por meio de comandos DMI 2.0 (ou superior) ou equivalente;
- 15.1.1.10. Possuir capacidade para desligamento do vídeo e da unidade de armazenamento após tempo determinado pelo usuário, e religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse, e que possua a função de economia de energia para monitor, placa mãe e unidade de armazenamento;
- 15.1.1.11. Compatível com WOL (Wake-up On LAN), com esta funcionalidade habilitada de fábrica, totalmente funcional;
- 15.1.1.12. Possuir chip TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0, similar ou superior, soldado à placa principal, acompanhado de drivers e software para implementação, configuração e gerenciamento do módulo TPM 2.0, devidamente implementado;
- 15.1.1.13. Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permite a detecção de abertura, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia;
- 15.1.1.14. Deverá suportar gerenciamento remoto por meio da tecnologia vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).

15.1.2. PROCESSADOR:

- 15.1.2.1. Serão aceitos equipamentos que possuam pelo menos um dos seguintes processadores instalado: Intel Ultra (7 ou 9) série 200, AMD Ryzen PRO (7 ou 9) série 200 ou 300, e que atendam pelo menos os seguintes requisitos:
 - 15.1.2.1.1. A arquitetura do processador deverá ser do tipo x86, com suporte a 64bits;
 - 15.1.2.1.2. Total compatibilidade com memória RAM DDR5 ou superior e suportar no mínimo a velocidade de 5600 MT/s

(Mega Transfers por segundo) ou superior;

15.1.2.1.3. O processador deverá possuir no mínimo 8 (oito) núcleos físicos;

15.1.2.1.4. Cache de, no mínimo, 22 MB (Vinte e dois Megabytes) somando L2 e L3;

15.1.2.1.5. Suportar gerenciamento remoto por meio da tecnologia vPro ou AMD Pro.

15.1.3. CHIPSET:

15.1.3.1. Deverá suportar integralmente o processador, memória RAM e SSD do equipamento cotado;

15.1.3.2. Deverá possuir tecnologia *Dual Channel* ou superior;

15.1.3.3. Deverá suportar velocidade do barramento de comunicação com o processador de, no mínimo, a velocidade nominal máxima suportada pelo processador ofertado, não utilizando a funcionalidade de *overclock*;

15.1.3.4. Deverá suportar expansão de memória RAM para, no mínimo, 64GB (sessenta e quatro), padrão DDR5 de 5600 MT/s (Mega Transfers por segundo), ou superior;

15.1.3.5. Deverá ser projetado para computação com uso eficiente da energia;

15.1.3.6. Deverá suportar o padrão SMART (*Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology*);

15.1.3.7. Deverá suportar a utilização de, no mínimo, 03 (três) monitores independentes sem a necessidade de auxílio de uma placa de vídeo *off-board*;

15.1.3.8. Deverá suportar gerenciamento remoto independente do sistema operacional vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).

15.1.4. GABINETE:

15.1.4.1. Design do tipo compacto com característica *tool-less* (livre de ferramentas), sendo exceção para os periféricos instalados nas conexões M.2;

15.1.4.2. Gabinete projetado com design específico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical;

15.1.4.3. O gabinete não poderá ultrapassar o volume de 1,4 litros;

15.1.4.4. A capacidade em litros é medida através da multiplicação da Altura x Largura x Profundidade do gabinete;

15.1.4.5. Cor escura em tons de preto, prata ou cinza;

15.1.4.6. Possuir orifício para colocação de cadeado que impeça o acesso aos componentes internos e orifício para fixação de trava do tipo Kensington;

15.1.4.6.1. Deverá ser fornecido para cada equipamento trava do tipo Kensington acompanhado de pelo menos 02 (duas) chaves;

15.1.4.7. Possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB 3.1 ou superior, devendo haver portas parte frontal e traseira do equipamento;

15.1.4.8. Possuir conectores para microfone e fones de ouvido no painel frontal;

15.1.4.9. O botão de liga/desliga e luz de indicação de computador ligado (*power-on*) posicionados na parte frontal do gabinete;

15.1.4.10. Deverá possuir alto-falante integrado, com capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e *buzzer* para alarmes gerados por problemas de inicialização. Não serão aceitas adaptações. O alto-falante deverá se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas. Não será aceito o *buzzer* de alerta em substituição ao alto-falante;

15.1.4.11. Acabamento interno com superfícies não cortantes, inclusive nas entradas de ar.

15.1.5. FONTE DE ALIMENTAÇÃO:

15.1.5.1. Deverá ser compatível com o gabinete e placa principal fornecida, ser reconhecida como acessório do equipamento ou fazer parte da matriz de compatibilidade do equipamento fornecido;

15.1.5.2. A potência nominal da fonte não poderá exceder 135W;

15.1.5.3. Somente serão aceitos equipamentos que utilizem fonte externa compatível com o perfeito funcionamento do equipamento. A verificação de compatibilidade será feita por meio do *Part Number* do componente;

15.1.5.4. Deverá ser suficiente para suportar todos os componentes e acessórios presentes no Termo de Referência. (Placa principal, interfaces, SSD, memória RAM e demais periféricos);

- 15.1.5.5. Deverá aceitar tensões de entrada de 100 a 240 VCA ($\pm 10\%$), 50-60 Hz, com ajuste automático da tensão de entrada.

15.1.6. MEMÓRIA RAM

- 15.1.6.1. Vir instalado com no mínimo 32 GB (Trinta e dois Gigabytes) DDR5-5600 MT/s (Mega Transfers por segundo) ou superior;
- 15.1.6.2. Deverão ser utilizados módulos de memória com capacidade mínima de 16 GB ou superior;
- 15.1.6.3. Deverá estar instalada a quantidade mínima de módulos de memória que ative no mínimo dois canais disponíveis de comunicação das memórias com o processador.

15.1.7. BIOS/FIRMWARE

- 15.1.7.1. Deve estar em conformidade com a especificação UEFI 2.7 (<http://uefi.org>), ou mais atualizada. A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, no qual o fabricante do equipamento deverá constar na listagem em uma das seguintes categorias: PROMOTER, ou CONTRIBUTOS ou ADOPTERS;
- 15.1.7.2. Durante o período de garantia, a EMPRESA CONTRATADA deverá ser totalmente responsável pela BIOS e sua atualização, a qual deverá ser realizada via internet, sem a necessidade do uso do sistema operacional. Deverá também promover as alterações que se façam necessárias e corrigir problemas ou danos causados ao equipamento em razão dessa BIOS ou de procedimentos de atualização desta BIOS (que poderão ser acompanhados pela EMPRESA CONTRATADA caso haja necessidade);
- 15.1.7.3. Deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre ele, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento, sendo aceitas soluções em regime de O&M ou customizadas desde que devidamente comprovadas através de contrato de cessão de uso entre as partes permitindo direitos sobre o firmware ao integrador. Em todos os casos o fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre o firmware, garantindo assim adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido;
- 15.1.7.4. Deve estar em conformidade com as seguintes normativas NIST ou ISO/IEC:
- 5.4.15.1.1. NIS 800-147;
 - 5.4.15.1.2. NIST 800-193;
 - 5.4.15.1.3. NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015;
- 15.1.7.5. Deve possuir ferramenta desenvolvida em acordo com o padrão de segurança NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015 e que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento de forma que os dados não possam mais ser recuperados. Caso esta ferramenta não seja nativa da BIOS, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do equipamento;
- 15.1.7.6. Memória de armazenamento do tipo Flash, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação;
- 15.1.7.7. Permitir a restrição de acesso através de senha (*Power On*, Administrador e Unidade de Armazenamento);
- 15.1.7.8. O CONTRATADO se obrigará a resolver, no período de garantia, casos de perda de senha de Administrador do setup/BIOS sem custos para o CONTRATANTE;
- 15.1.7.9. As opções de virtualização devem estar ativadas para permitir execução de programas de máquinas virtuais;
- 15.1.7.10. Nenhuma senha deve estar configurada;
- 15.1.7.11. Os equipamentos deverão ser entregues com LOGO, fornecida pelo CONTRATANTE, para exibição na inicialização do equipamento;
- 15.1.7.12. Deverá haver a possibilidade de remoção da LOGO pelo próprio CONTRATANTE sem necessidade de acionamento do CONTRATADO;
- 15.1.7.13. Deverá possuir campo com número de série do equipamento;
- 15.1.7.14. Deverá possuir pelo menos um campo editável em memória não volátil. Com no mínimo 12 (doze) caracteres, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento;
- 15.1.7.15. O bloco numérico do teclado deve estar ativado, caso seja configurável no BIOS;
- 15.1.7.16. Preferencialmente possuir opção de atualização via internet, sendo executado dentro da própria BIOS. Preferencialmente todo o processo de atualização deve iniciar e terminar dentro da própria BIOS, sem auxílio do Sistema Operacional;
- 15.1.7.17. Deverá suportar tecnologias de integração à rede como PXE, configuração e controle remotos;

- 15.1.7.18. Deverá permitir acesso remoto ao POST (Power on Self Test) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado, através da rede;
- 15.1.7.19. Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, processador, memória e unidade de armazenamento, com execução independente do sistema operacional;
- 15.1.7.20. Gerenciável remotamente, assumindo-se que o equipamento possa estar desligado, porém energizado pela rede elétrica e conectado localmente a rede de dados;
- 15.1.7.21. Deverá permitir ligar o microcomputador remotamente, com controle de acesso, em horários programados;
- 15.1.7.22. Permitir a inicialização remota a partir de imagem (ISO ou IMG) instalado no console de gerência, com acesso remoto gráfico, e utilização remota do teclado e mouse;
- 15.1.7.23. Deve permitir salvar as configurações da BIOS em um arquivo e carrega-las em outros equipamentos (de forma individual ou de forma massiva) do mesmo modelo, estando este com senha configurada na BIOS ou não, facilitando assim a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança;
- 15.1.7.24. A interface de configuração deverá ser em, pelo menos, um dos idiomas: Português do Brasil ou Inglês.

15.1.8. SEGURANÇA E GERENCIAMENTO:

- 15.1.8.1. O equipamento deve acompanhar ferramenta de segurança já licenciada e com gerenciamento centralizado, acessada através de browser que contemple:
- 15.1.8.2. Geolocalização: Rastreamento de ativos, utilizando tecnologia como Google Wifi ou GPS, mas não restrita a elas, e que inclua o local atual do ativo e seu histórico de localizações. Possibilidade de criar áreas geográficas demarcadas com base em políticas corporativas. Possibilidade de investigação de dispositivos extraviados, perdidos ou roubados ou dos que estão fora dos limites geográficos estabelecidos ou entrando em um local não autorizado;
- 15.1.8.3. A solução deve possuir recursos para que em caso de extravio, perda ou roubo do equipamento, após conectá-lo novamente à Internet, seja possível bloqueá-lo, excluir suas informações confidenciais remotamente e gerar relatórios para comprovar sua conformidade com regulamentos governamentais e corporativos;
- 15.1.8.4. Possuir grau de persistência integrado à BIOS/Firmware ativada de fábrica com recursos para se autorreparar caso o sistema operacional Windows ou a imagem de softwares utilizada pelo CONTRATANTE, baseada em Windows, sejam reinstalados ou mesmo o disco rígido substituído;
- 15.1.8.5. Deverá apresentar comprovação que o equipamento fornecido é compatível com os requisitos solicitados, por meio de site oficial do fabricante/desenvolvedor, como por exemplo Absolute Software (<https://www.absolute.com/en-gb/partners/compatibility>) ou outro site público de outro fabricante que comprove as mesmas funcionalidades solicitadas;
- 15.1.8.6. Deverá funcionar por todo o tempo de garantia do equipamento.

15.1.9. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO INTERNA DE DADOS (SSD):

- 15.1.9.1. Uma unidade de armazenamento SSD M.2 NVMe;
- 15.1.9.2. Capacidade mínima da unidade de armazenamento SSD 512GB;
- 15.1.9.3. Interface: PCIe 4.0 NVMe;
- 15.1.9.4. Velocidade mínima 16Gb/s de transferência de dados;
- 15.1.9.5. Velocidade de escrita e leitura de no mínimo: 2000MB/s e 3000MB/s, respectivamente;
- 15.1.9.6. Retenção de mídia: O Contratada deverá permitir que, por questão de segurança, o Contratante retenha a devolução das unidades de armazenamento defeituosas que tenham sido repostos.

15.1.10. INTERFACE DE REDE FÍSICA:

- 15.1.10.1. Conector RJ-45 fêmea integrada à placa mãe, com suporte mínimo às velocidades de transferência de 10/100/1000Mbps, auto negociável, configurável por softwares e com função Wake-on-lan;
- 15.1.10.2. Suporte a PXE (Pre-Boot eXecution), para realizar instalação remota através da rede;
- 15.1.10.3. Deverá suportar gerenciamento remoto independente do sistema operacional (vPro ou AMD Pro);

15.1.10.4. Não será aceita solução USB para a interface de conectividade física.

15.1.11. **INTERFACE DE REDE WIRELLES:**

- 15.1.11.1. Possuir rede sem fio interno ao equipamento, com suporte para padrão 802.11 g/n/ac/ax ou superior integrado ao gabinete, com pelo menos 01 (uma) antena externa ou interna;
- 15.1.11.2. Suportar no mínimo dois canais nas frequências: 2.4, 5GHz;
- 15.1.11.3. Antena no mínimo 2x2;
- 15.1.11.4. Velocidade Mínima 1000Mbps;
- 15.1.11.5. Bluetooth integrado a placa Wi-Fi com a versão mínima de 5.1;
- 15.1.11.6. Deverá ter suporte às tecnologias de autenticações de no mínimo (WPA2; 802.1X (EAP-TLS e PEAP) e suporte no mínimo ao protocolo de autenticação: MS-CHAPv2. A comprovação deverá ser realizada ou por meio de documento oficial do fabricante ou por meio do Certificado Wi-Fi Certified;
- 15.1.11.7. Não será aceita solução USB para a interface de conectividade wireless;
- 15.1.11.8. Deverá suportar gerenciamento remoto independente do sistema operacional vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).

15.1.12. **PLACA DE VÍDEO:**

- 15.1.12.1. Controladora gráfica integrada à placa principal (processador), ou dedicada, de no mínimo 2 GB de memória;
- 15.1.12.2. O equipamento deverá ser capaz de operar com, no mínimo, 3 (três) monitores simultaneamente, sem o uso de adaptações;
- 15.1.12.3. Deverá ter suporte à resolução Full HD;
- 15.1.12.4. Suportar, no mínimo, DirectX 12 e OPENG 4.4, ou seus superiores;
- 15.1.12.5. A solução ofertada deverá apresentar no mínimo 3 (três) saídas de vídeo digitais, devendo ser pelo menos 01 (uma) porta HDMI 2.1 e 01 (uma) do tipo Display Port, versão 1.4 ou superior, sem uso de adaptadores ou conversores.

15.1.13. **TECLADO E MOUSE:**

- 15.1.13.1. O teclado e o mouse deverão ser do tipo plug and play, compatíveis com o sistema operacional Windows 11 Pro 64 bits Português-BR ou superior;
- 15.1.13.2. Teclado e mouse com fio, sem o uso de adaptadores, plenamente compatíveis com a interface fornecida pelo equipamento proposto;
- 15.1.13.3. Teclado padrão ABNT-2, possuindo no mínimo 104 teclas, incluindo teclado numérico separado;
- 15.1.13.4. Teclado deverá possuir ajustes de inclinação e resistência a derramamento de líquidos;
- 15.1.13.5. A impressão sobre as teclas deve ser do tipo permanente, resistente ao desgaste por abrasão ou uso prolongado;
- 15.1.13.6. Mouse deverá utilizar tecnologia óptico ou laser, similar ou superior, com no mínimo dois botões e botão de rolagem;
- 15.1.13.7. Mouse deverá possuir roda (wheel) para rolagem da tela, não será aceito mouse com tecnologia do tipo Scroll Point;
- 15.1.13.8. O mouse deverá ter no mínimo 1000 dpi de resolução;
- 15.1.13.9. Ambos os dispositivos deverão ser da mesma cor predominante do gabinete;
- 15.1.13.10. O teclado e o mouse fornecidos deverão ser originais, do mesmo fabricante do equipamento ofertado, a fim de assegurar a padronização estética, plena compatibilidade funcional e garantia integrada de fábrica. Não serão aceitos dispositivos genéricos ou de terceiros, mesmo que compatíveis, salvo quando comprovadamente fornecidos como parte do conjunto padrão de fábrica pelo próprio fabricante do equipamento.

15.1.14. **SISTEMA OPERACIONAL:**

- 15.1.14.1. Os equipamentos deverão ser entregues com o Sistema Operacional WINDOWS 11 PRO 64 bits, em português do Brasil, para uso corporativo. O Sistema Operacional deverá vir devidamente instalado, com todos os drivers necessários para sua perfeita utilização. A licença de uso (product key) do Sistema Operacional deverá ser fixada em local visível ou gravada na memória flash da BIOS, possibilitando a leitura quando feito a reinstalação do Sistema;
- 15.1.14.2. O fornecedor dos equipamentos deverá garantir atualizações de segurança gratuitas para o Sistema Operacional durante todo o período de garantia estabelecida para o equipamento neste termo de referência;
- 15.1.14.3. Para o modelo ofertado, o fornecedor deverá comprovar a compatibilidade com o sistema operacional Windows 11 Professional por meio de documento do fabricante do equipamento;
- 15.1.14.4. O fabricante do equipamento deverá disponibilizar em seu website, para o equipamento ofertado, download de todos os drivers de dispositivos nas suas versões mais atuais para o sistema operacional exigido.

15.1.15. DOCUMENTAÇÃO:

- 15.1.15.1. Certificação EPEAT 2019 em qualquer de suas categorias e Certificação Energy Star ou Portaria INMETRO número 170. Esses requisitos poderão ser verificados no site www.epeat.net, manuais, catálogos, certificados, portarias, folders, datasheets, páginas da internet ou declaração oficial do fabricante.

15.1.16. ACESSÓRIOS:

- 15.1.16.1. Para cada computador deverá ser entregue um (01) cabo de alimentação elétrica padrão NBR14136.

15.2. ITENS 3 e 4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA NOTEBOOK:

15.2.1. GABINETE:

- 15.2.1.1. Deverá possuir desligamento por softwares ao manter-se pressionado o botão liga/desliga, com prevenção de desligamento acidental do computador;
- 15.2.1.2. Deverá possuir 1 (um) conector DC ou USB-C para a fonte externa de alimentação bivolt e com auto chaveamento da voltagem;
- 15.2.1.3. Deverá permitir abertura da tela em no mínimo 170 graus;
- 15.2.1.4. Deverá possuir slot para cabo de segurança;
- 15.2.1.5. Deverá ser fornecido para cada equipamento cabo de aço de segurança compatível com o equipamento ofertado de, no mínimo, 1 metro de comprimento, e com, no mínimo, 2 chaves;
- 15.2.1.6. Deverá possuir sensor de impressão digital;
- 15.2.1.7. Deverá pesar no máximo 1.7Kg, incluindo o equipamento, sua bateria e os demais itens internos instalados.
- 15.2.1.8. Possuir sistema de proteção da câmera (webcam) físico, para cobrir a lente fisicamente, para a privacidade (Privacy shutter) do usuário. Não serão aceitos adaptadores.
- 15.2.1.9. O perfil da bateria deverá acompanhar o perfil do notebook.

15.2.2. FONTE DE ALIMENTAÇÃO:

- 15.2.2.1. Somente serão aceitos equipamentos que utilizem fonte externa compatível com o perfeito funcionamento do equipamento. A verificação de compatibilidade será feita por meio do Part Number do componente ou por documento oficial do fabricante;
- 15.2.2.2. A fonte de alimentação deverá ser suficiente para suportar todos os componentes e acessórios presentes no Termo de Referência. (Placa principal, interfaces, SSD, memória RAM e demais periféricos);
- 15.2.2.3. A fonte de alimentação deverá ser do mesmo fabricante do notebook, para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático;
- 15.2.2.4. A fonte de alimentação deverá possuir cabo de força de acordo com a exigência da norma do INMETRO NBR 14136.

15.2.3. PLACA PRINCIPAL:

- 15.2.3.1. Com total suporte e compatibilidade às características especificadas para o processador, memória RAM, SSD e interfaces de vídeo presentes neste Termo de Referência;
- 15.2.3.2. Deverá ser de fabricação própria e exclusiva para o modelo ofertado;
- 15.2.3.3. Deverá ter mecanismos de redução do consumo de energia compatíveis com o padrão ACPI versão 6.5 (Advanced Configuration and Power Interface) ou superior e controle automático de temperatura;
- 15.2.3.4. Deverá possuir Chip de segurança TPM (Trusted Platform Module), versão 2.0 ou superior, ou tecnologia FTPM ou tecnologias similares ou superiores integrado à placa mãe. Deverá vir acompanhado de drivers e software do fabricante do equipamento ou fabricado para o mesmo, visando a utilização do recurso;
- 15.2.3.5. Deverá ter suporte e compatibilidade a gerenciamento remoto por meio da tecnologia vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro);
- 15.2.3.6. Deverá ter suporte ao protocolo NVMe;
- 15.2.3.7. Suporte a, no mínimo, 64GB (sessenta e quatro Gigabytes) de memória RAM padrão DDR5-5600 MT/s (Mega Transfers por Segundo) ou superior;
- 15.2.3.8. Possuir, no mínimo, 01 (um) slot livre para memória RAM do tipo DDR5-5600 (Mega Transfers por Segundo) ou superior para expansão;
- 15.2.3.9. Suporte ao modo Dual Channel para o barramento de memória;
- 15.2.3.10. Possuir, no mínimo, uma (01) interface (slot) PCI Express 4.0 de, no mínimo, 16Gb/s (Gigabit por segundo) ou superior, para instalar SSD NVMe. Não serão aceitas interfaces externas ao gabinete.

15.2.4. CHIPSET:

- 15.2.4.1. Deverá ser compatível e suportar integralmente o processador, memória RAM e SSD do equipamento cotado;
- 15.2.4.2. Deverá possuir tecnologia Dual Channel ou superior;
- 15.2.4.3. Deverá suportar expansão de memória RAM para, no mínimo, 64GB (sessenta e quatro), padrão DDR5 de 5600 MT/s (Mega Transfers por Segundo), ou superior;
- 15.2.4.4. Deverá suportar o padrão SMART (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology);
- 15.2.4.5. Deverá suportar a utilização de, no mínimo, 02 (dois) monitores externos independentes, além da tela principal, sem a necessidade de auxílio de uma placa de vídeo off-board;
- 15.2.4.6. Deverá suportar gerenciamento remoto independente do sistema operacional vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).

15.2.5. INTERFACES E DISPOSITIVOS INTEGRADOS:

- 15.2.5.1. Interface de som com áudio em alta definição (HD Áudio), com, no mínimo, 2 (dois) alto-falantes estéreo com potência mínima total de 2 (dois) Watts RMS. Deverá possuir conectores multimídia Mic-in/Headphone-out na parte frontal ou lateral do chassi, podendo ser integrados (combo) em um único conector;
- 15.2.5.2. Deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) interfaces no formato USB, sendo:
- 15.2.5.3. Pelo menos 01 (uma) interface Thunderbolt com suporte a velocidade de 40 Gbps, 01 (uma) interface USB Tipo C com suporte a velocidade de 10 Gbps e 02 (duas) interfaces USB Tipo A 3.2 Gen 1 ou superior;
- 15.2.5.4. Pelo menos uma das interfaces USB Tipo C deverá suportar tráfego de vídeo, dados e energia para uso de monitor portátil externo compatível com esta interface;
- 15.2.5.5. As portas USB Tipo A deverão ser retrocompatíveis até USB 2.0;
- 15.2.5.6. Não serão aceitos adaptadores externos ou hubs;
- 15.2.5.7. Possuir 1 (uma) interface Bluetooth 5.1 integrada ou configuração superior. Não serão aceitas adaptações com dispositivos USB;
- 15.2.5.8. No mínimo, 1 (uma) conexão HDMI versão 2.1 ou superior ou 01 (uma) conexão Display Port versão 1.4 ou

superior. Deverá suportar, no mínimo, DirectX 12.1 e OpenGL 4.6 e OpenCL 2.0 ou seus equivalentes ou superiores. Não será aceito adaptador ou conversor para o atendimento deste item;

- 15.2.5.9. Câmera de vídeo integrada ao chassi com resolução compatível com resolução FULL HD (1080p) ou superior com suporte a Windows Hello, deverá possuir cortina de privacidade na webcam, não sendo aceito solução externa ao gabinete.

15.2.6. TELA (DISPLAY)

- 15.2.6.1. Tela com tecnologia IPS, equivalente ou superior, de no mínimo 14" e máximo 15";
- 15.2.6.2. Resolução nativa de, no mínimo, 1920x1080 pixels, a no mínimo 60Hz;
- 15.2.6.3. Brilho de no mínimo 250 cd/m² (nits);
- 15.2.6.4. Deverá possuir tratamento antirreflexo.

15.2.7. PLACA DE VÍDEO:

- 15.2.7.1. Controladora gráfica integrada à placa principal (processador), ou dedicada, de no mínimo 2 GB de memória;
- 15.2.7.2. Deve suportar a resolução máxima de, no mínimo, 1920 x 1080 a, no mínimo, 60 Hz em 03 (três) telas;
- 15.2.7.3. Capacidade de visualização simultânea e independente tanto na tela do notebook quanto em, pelo menos, mais 02 (dois) monitores externos.

15.2.8. PROCESSADOR:

- 15.2.8.1. Serão aceitos equipamentos que possuam pelo menos um dos seguintes processadores do segmento mobile, móvel, laptop ou notebook: Intel Ultra (7 ou 9) série 200, AMD Ryzen (7 ou 9) série 200 ou 300, e que atendam pelo menos os seguintes requisitos:
- 15.2.8.2. Deverá suportar arquitetura x86 com suporte a 32 bits e 64 bits, desenvolvido especificamente para notebooks;
- 15.2.8.3. Deverá possuir no mínimo 8 (oito) núcleos físicos de processamento, com tecnologia que permita que os núcleos aumentem sua própria frequência de operação durante picos de demanda, se estiverem trabalhando abaixo dos limites nominais de temperatura, corrente e desempenho;
- 15.2.8.4. O processador poderá contar com tecnologia de emulação de núcleos, sendo que estes não terão validade para contagem de núcleo físico;
- 15.2.8.5. Utilizando a frequência (clock) máxima, turbo ou boost, o processador deverá operar no mínimo a 4.8 GHz (Giga-hertz);
- 15.2.8.6. Cache de, no mínimo, 22 MB (vinte e dois Megabytes) somando L2 e L3;
- 15.2.8.7. Total compatibilidade com memória RAM DDR5 de 5600 MT/s (Mega Transfers por Segundo) ou superior;
- 15.2.8.8. Suportar PCIe 4.0 ou superior;
- 15.2.8.9. Suportar gerenciamento remoto por meio da tecnologia vPro (intel) ou DASH (AMD Pro).

15.2.9. MEMÓRIA:

- 15.2.9.1. Deverá possuir pelo menos 32GB (trinta e dois Gigabytes);
- 15.2.9.2. Deverá ser padrão DDR5 de 5600 MT/s (Mega Transfers por Segundo) ou superior, compatíveis com o barramento de memória da placa principal.

15.2.10. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO:

- 15.2.10.1. Uma unidade de armazenamento SSD;
- 15.2.10.2. Capacidade mínima da unidade de armazenamento SSD 512GB;
- 15.2.10.3. Deverá ter suporte ao protocolo NVMe;
- 15.2.10.4. Formato físico: M.2;
- 15.2.10.5. Interface: PCIe 4.0 ou superior;
- 15.2.10.6. Velocidade de escrita e leitura de no mínimo: 2000MB/s e 3000MB/s, respectivamente;
- 15.2.10.7. Retenção de mídia: O Contratado deverá permitir que, por questão de segurança, o MPGO retenha a devolução das unidades de armazenamento defeituosas que tenham sido repostos.

15.2.11. **CONTROLADORAS DE REDE:**

15.2.11.1. INTERFACE DE REDE CABEADA:

- 15.2.11.1.1. Possui interface de rede RJ-45 (fêmea) integrada à placa principal, com velocidade de 10/100/1000 Mbps, com suporte à tecnologia de gerenciamento vPro ou DASH e com os padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, *autosense, full duplex e "plug & play"*, configurável totalmente por software;
- 15.2.11.1.2. Deverá suportar os seguintes recursos:
- 15.2.11.1.3. PXE 2.1 (Pré-boot eXecution Environment);
- 15.2.11.1.4. WOL (Wake on LAN), para despertar o equipamento, pelo menos, a partir dos estados S3 (sleep/standby) e S4 (hibernation/suspend to disk);
- 15.2.11.1.5. Suporte à tecnologia de gerenciamento vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).

15.2.11.2. INTERFACE DE REDE WIRELES:

- 15.2.11.2.1. Possuir rede sem fio interno ao equipamento, com suporte para padrão 802.11 g/n/ac/ax ou superior integrado ao gabinete;
- 15.2.11.2.2. Suportar no mínimo dois canais nas frequências: 2.4, 5GHz;
- 15.2.11.2.3. Antena no mínimo 2x2;
- 15.2.11.2.4. Velocidade Mínima 1000Mbps;
- 15.2.11.2.5. Bluetooth integrado a placa Wi-Fi com a versão mínima de 5.1;
- 15.2.11.2.6. Deverá ter suporte às tecnologias de autenticações de no mínimo (WPA2; 802.1X (EAP-TLS e PEAP) e suporte no mínimo ao protocolo de autenticação: MS-CHAPv2. A comprovação deverá ser realizada ou por meio de documento oficial do fabricante ou por meio do Certificado Wi-Fi Certified;
- 15.2.11.2.7. Suporte à tecnologia de gerenciamento vPro (Intel) ou DASH (AMD Pro).

15.2.12. **TECLADO E TOUCHPAD:**

- 15.2.12.1. Teclado padrão ABNT-2;
- 15.2.12.2. Com todos os caracteres da língua portuguesa;
- 15.2.12.3. Do tipo retro iluminado;
- 15.2.12.4. Possuir Led que sinalize ativação do "Caps Lock". O Led pode ficar no próprio teclado ou em outra local do gabinete do notebook que identifique como "Caps Lock" ativado ou desativado;
- 15.2.12.5. Presença de doze teclas de funções (F1-F12) situadas na porção superior do teclado;
- 15.2.12.6. Possuir botões controladores de som (aumentar, diminuir e mudo para alto-falante), sendo aceita a utilização de tecla de função (Fn);

- 15.2.12.7. Impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
- 15.2.12.8. Dispositivo apontador do tipo “touchpad” que realize as funções de um mouse: mover, selecionar, clicar ou arrastar um objeto, chamar menus suspensos e rolar um texto para baixo ou para cima;
- 15.2.12.9. O teclado deverá possuir sistema de proteção contra derramamento de líquidos.

15.2.13. FIRMWARE/BIOS:

- 15.2.13.1. A interface de configuração deverá ser em, pelo menos, um dos idiomas: Português do Brasil ou Inglês;
- 15.2.13.2. Deve estar em conformidade com a especificação UEFI 2.7 (<http://www.uefi.org>), ou versão mais atualizada. A comprovação deverá ser feita através do site www.uefi.org/members, no qual o fabricante do equipamento deverá constar na listagem em uma das seguintes categorias: PROMOTERS, ou CONTRIBUTORS ou ADOPTERS;
- 15.2.13.3. Durante o período de garantia do equipamento, a EMPRESA CONTRATADA será totalmente responsável pela BIOS e sua atualização. Para atualização de BIOS preferencialmente possuir opção de ser realizada via internet, sendo executado dentro da própria BIOS, sem a necessidade do uso do sistema operacional, ou atualização por meio de pen drive. A EMPRESA CONTRATADA deverá promover as alterações que se façam necessárias e corrigir problemas ou danos causados ao equipamento em razão dessa BIOS ou de procedimentos de atualização desta BIOS (que poderão ser acompanhados pela EMPRESA CONTRATADA caso haja necessidade);
- 15.2.13.4. Deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre ele, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento, sendo aceitas soluções em regime de O&M ou customizadas desde que devidamente comprovadas através de contrato de cessão de uso entre as partes permitindo direitos sobre o firmware ao integrador. Em todos os casos o fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre o firmware, garantindo assim adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido;
- 15.2.13.5. Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar definitivamente os dados contidos na unidade de armazenamento SSD acessível pela BIOS;
- 15.2.13.6. Deverá permitir o acesso remoto ao sistema operacional e ao processo de inicialização do microcomputador através de interface gráfica, com acesso aos dados do POST, e com permissão de leitura e escrita à BIOS, além de controle remoto de mouse e teclado, independente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional;
- 15.2.13.7. Deverá permitir o gerenciamento remoto do microcomputador mesmo desligado, desde que energizado pela rede elétrica e conectado localmente à rede de dados, permitindo ligar o microcomputador remotamente, com controle de acesso, e com possibilidade de definir horários programados;
- 15.2.13.8. Deve estar em conformidade com as seguintes normativas NIST ou ISO/IEC:
- 15.2.13.9. NIS 800-147;
- 15.2.13.10. NIST 800-193;
- 15.2.13.11. NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015;
- 15.2.13.12. Deve possuir ferramenta desenvolvida em acordo com o padrão de segurança NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015 e que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento de forma que os dados não possam mais ser recuperados. Caso esta ferramenta não seja nativa da BIOS, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do equipamento;
- 15.2.13.13. Memória de armazenamento do tipo Flash, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação;
- 15.2.13.14. Permitir a restrição de acesso através de senha (Power On, Administrador e Unidade de Armazenamento);
- 15.2.13.15. O CONTRATADO se obrigará a resolver, dentro do período de garantia, casos de perda de senha de administrador do setup/BIOS sem custos para o CONTRATANTE;
- 15.2.13.16. Deverá permitir acesso remoto ao POST (Power on Self Test) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado, através da rede;
- 15.2.13.17. As opções de virtualização devem estar ativadas para permitir execução de programas de máquinas virtuais;
- 15.2.13.18. Nenhuma senha deve estar configurada;
- 15.2.13.19. Os equipamentos deverão ser entregues com LOGO, fornecida pelo CONTRATANTE, para exibição na inicialização do equipamento;
- 15.2.13.20. Deverá haver a possibilidade de remoção da LOGO pelo próprio CONTRATANTE sem necessidade de acionamento do CONTRATADO;
- 15.2.13.21. Deverá possuir pelo um campo editável em memória não volátil, com no mínimo 12 (doze) caracteres,

com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento;

- 15.2.13.22. Deverá possuir campo com número de série do equipamento;
- 15.2.13.23. Deverá permitir a inicialização remota a partir de imagem (ISO ou IMG) instalado no console de gerência, com acesso remoto gráfico, e utilização remota do teclado e mouse;
- 15.2.13.24. Possuir suporte para senhas de Setup (com diferenciação de maiúscula e minúscula) para Power On, Administrador e Disco rígido;
- 15.2.13.25. Deverá suportar tecnologias de integração à rede como PXE, configuração e controle remotos;
- 15.2.13.26. Deverá possuir compatibilidade com rede 802.3;
- 15.2.13.27. Deve permitir salvar as configurações do BIOS em um arquivo e carregá-las em outros equipamentos (de forma individual ou de forma massiva) do mesmo modelo, estando este com senha configurada no BIOS ou não, facilitando assim a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança
- 15.2.13.28. Deverá dispor de software do mesmo fabricante do equipamento para diagnóstico de problemas com as seguintes características:
- 15.2.13.29. A fim de permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);
- 15.2.13.30. O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;
- 15.2.13.31. Deverá verificar, testar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);

15.2.14. **SEGURANÇA E GERENCIAMENTO:**

- 15.2.14.1. O equipamento deve acompanhar ferramenta de segurança já licenciada e com gerenciamento centralizado, acessada através de browser que contemple:
- 15.2.14.2. Geolocalização: Rastreamento de ativos, utilizando tecnologia como Google Wifi ou GPS, mas não restrita a elas, e que inclua o local atual do ativo e seu histórico de localizações. Possibilidade de criar áreas geográficas demarcadas com base em políticas corporativas. Possibilidade de investigação de dispositivos extraviados, perdidos ou roubados ou dos que estão fora dos limites geográficos estabelecidos ou entrando em um local não autorizado;
- 15.2.14.3. A solução deve possuir recursos para que em caso de extravio, perda ou roubo do equipamento, após conectá-lo novamente à Internet, seja possível bloqueá-lo, excluir suas informações confidenciais remotamente e gerar relatórios para comprovar sua conformidade com regulamentos governamentais e corporativos;
- 15.2.14.4. Possuir grau de persistência integrado à BIOS/Firmware ativada de fábrica com recursos para se autorreparar caso o sistema operacional Windows ou a imagem de softwares utilizada pelo CONTRATANTE, baseada em Windows, sejam reinstalados ou mesmo o disco rígido substituído;
- 15.2.14.5. Suporte à parametrização, configurações iniciais e esclarecimentos de dúvidas para utilização da ferramenta;
- 15.2.14.6. Deverá apresentar comprovação que o equipamento fornecido é compatível com os requisitos solicitados, por meio de site oficial do fabricante/desenvolvedor, como por exemplo Absolute Software (<https://www.absolute.com/en-gb/partners/compatibility>) ou outro site público de outro fabricante que comprove as mesmas funcionalidades solicitadas;
- 15.2.14.7. Deverá funcionar por todo o tempo de garantia do equipamento.

15.2.15. **SISTEMA OPERACIONAL:**

- 15.2.15.1. Os equipamentos deverão ser entregues com o Sistema Operacional WINDOWS 11 PRO 64, em português do Brasil, para uso corporativo. O Sistema Operacional deverá vir devidamente instalado, com todos os drivers necessários para sua perfeita utilização. A licença de uso (product key) do Sistema Operacional deverá ser fixada em local visível ou gravada na memória flash da BIOS, possibilitando a leitura quando feito a reinstalação do Sistema;
- 15.2.15.2. O fornecedor dos equipamentos deverá garantir atualizações de segurança gratuitas para o Sistema Operacional durante todo o período de garantia estabelecida para o equipamento neste termo de referência;
- 15.2.15.3. Para o modelo ofertado, o fornecedor deverá comprovar a compatibilidade com o sistema operacional Windows 11 Professional por meio de documento do fabricante do equipamento;

15.2.15.4. O fabricante do equipamento deverá disponibilizar em seu website, para o equipamento ofertado, download de todos os drivers de dispositivos nas suas versões mais atuais para o sistema operacional exigido.

15.2.16. **DOCUMENTAÇÃO:**

15.2.16.1. Certificação EPEAT 2019 em qualquer de suas categorias e Certificação Energy Star ou Portaria INMETRO número 170. Esses requisitos poderão ser verificados no site www.epeat.net, manuais, catálogos, certificados, portarias, folders, datasheets, páginas da internet ou declaração oficial do fabricante.

15.2.17. **MOUSE:**

15.2.17.1. Cada notebook entregue deverá vir acompanhado de um mouse e de um “mouse pad”;

15.2.17.2. Garantia on-site igual à do objeto;

15.2.17.3. Com conexão via cabo USB;

15.2.17.4. Com design ergonômico e ambidestro;

15.2.17.5. Possuir duas teclas e botão scroll;

15.2.17.6. Com tecnologia óptica ou laser;

15.2.17.7. Instalação do tipo plugar e utilizar (plug and play);

15.2.17.8. Resolução de no mínimo 1000 pontos por polegada (dpi);

15.2.17.9. Compatível com Windows 10 ou superior;

15.2.17.10. Deverá vir acompanhado de “mouse pad” ergonômico com suporte para pulso e com superfície adequada para utilização do mouse fornecido.

15.2.18. **MALETA:**

15.2.18.1. Cada notebook entregue deverá vir acompanhado de uma maleta;

15.2.18.2. Garantia on-site igual à do objeto;

15.2.18.3. A maleta deverá ter no mínimo 03 (três) compartimentos para acomodar com segurança o notebook, monitor portátil de no mínimo 14” e no máximo 16”, fonte de alimentação e mouse;

15.2.18.4. A maleta deve ser impermeável e deve possuir acolchoamento para proteger o equipamento durante seu transporte.

15.2.19. **GARANTIA E MANUTENÇÃO:**

15.2.19.1. Garantia de no mínimo 60 (sessenta) meses para os notebooks e 36 (trinta e seis) meses para bateria, contados a partir do Termo de Aceite Definitivo, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;

15.2.19.2. Para efeito de dimensionamento, historicamente a utilização de garantia por danos acidentais foi de 10 (dez) unidades, considerando o parque de 500 (quinhentos) notebooks, no período de 60 (sessenta) meses.

15.2.19.3. Caso a garantia seja do tipo estendida e adquirida como pacote de serviço ou similar, deverá ser apresentada no ato da entrega do produto, nota de aquisição relativa à garantia ou o certificado de ativação junto ao emissor da garantia, que seja passível de validação;

15.2.19.4. A garantia ofertada deverá ser do tipo on-site, na Sede do Ministério Público do Estado de Goiás, em Goiânia, no Laboratório de Informática;

15.2.19.5. A garantia deverá contemplar proteção contra danos acidentais, tais como queda, derramamento de líquidos e ou sobrecargas elétricas. A comprovação deste item se dará por documentação do fabricante ou do fornecedor;

15.2.19.6. A substituição das peças e das partes defeituosas não deve incidir em ônus financeiro para o MP-GO, não sendo admitida a reposição por peças reconcondicionadas, usadas ou que não sejam homologadas pelo fabricante;

15.2.19.7. A garantia deverá contemplar a solução de qualquer problema de hardware ou software que seja de

responsabilidade do fabricante, incluindo, mas não se limitando, a reposição de peças e elementos necessários ao funcionamento, sem nenhum ônus adicional para o contratante;

15.2.19.8. serviço de garantia deve englobar a solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de configuração e de utilização dos equipamentos, a remoção dos vícios apresentados pelos equipamentos, materiais, drivers e outros componentes que sejam disponibilizados com o equipamento;

15.2.19.9. O prazo máximo para reparo ou solução dos chamados abertos, contado a partir da abertura do chamado é de 120 (cento e vinte) horas corridas, excluindo da contagem do prazo os dias de finais de semanas e feriados;

15.2.19.10. O CONTRATADO deverá manter central de atendimento para abertura de chamados pelo menos no horário de 12 (doze) às 19 (dezenove) horas, de segunda a sexta-feira. A central deverá ser acionada por meio de telefone, e-mail, ou site na internet. Caso o local de abertura de chamado não seja a cidade de Goiânia o telefone deverá ser do tipo 0800 – para ligações gratuitas;

15.2.19.11. Será considerando o horário para atendimento a garantia das 12 horas às 19 horas.

15.3. ITENS 5 e 6 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA MONITOR 24”:

15.3.1. Tamanho mínimo de 23.8” e máximo 24.5”;

15.3.2. Painel com tecnologia IPS ou Equivalente;

15.3.3. Ângulo de visualização no mínimo: 178° Vertical / 178° Horizontal;

15.3.4. Painel com tecnologia antibrilho ou antirreflexivo ou antiofuscamento;

15.3.5. Resolução mínima de 1920 x 1080;

15.3.6. Proporção de tela 16:9;

15.3.7. Pixel por Polegada (PPI) mínimo de 92;

15.3.8. Brilho mínimo de 250 cd/m²;

15.3.9. Relação de contraste estático mínimo 1.000:1;

15.3.10. Tecnologia LED ou WLED;

15.3.11. Tempo de reposta máximo de 8 ms;

15.3.12. Intensidade de cores no mínimo 16,7 milhões em 60Hz;

15.3.13. Possuir tecnologia "Low Blue Light" e "Flicker-Free";

15.3.14. Deverá possuir pelo menos as seguintes interfaces: HDMI e Display Port. (não será aceito a utilização de adaptadores ou conversores);

15.3.15. O monitor deverá ter suporte com tecnologia de rotação de tela nos modos paisagem e retrato, sem o uso de adaptadores e sem a necessidade de desmontagem da instalação;

15.3.16. O monitor deverá possuir suporte com regulagem de ajustável de altura, giro de tela e inclinação de no mínimo -5 à +20º, sem a necessidade de desmontagem da instalação;

15.3.17. Deverá suportar padrão de suporte VESA 75 mm x 75 mm ou 100 mm x 100 mm;

15.3.18. A base (suporte, pé) do monitor deverá ser da cor preta, cinza, grafite ou prata;

15.3.19. O monitor deverá ser predominante na cor preta, cinza, prata ou grafite;

15.3.20. Fonte de alimentação interna com ajuste automático de voltagem, suportando faixas de tensão de 100-240VAC. Compatível, no mínimo, com a frequência de 60Hz sem o uso de conversores ou transformadores externos;

15.3.21. Deverá ter controles em português ou inglês com as seguintes funções mínimas: brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;

15.3.22. O monitor ofertado deverá ter certificação, comprovação ou selo de eficiência energética brasileira ou padrão internacional a exemplo da “Energy Star”;

15.3.23. **ACESSÓRIOS:**

15.3.24. Deverá ser entregue 01 (um) cabo de alimentação padrão NBR14136 para cada monitor entregue;

15.3.25. Deverá ser entregue 01 (um) cabo de vídeo Display Port, com no mínimo 1.8m, para cada monitor entregue;

15.3.26. Deverá ser entregue 01 (um) cabo de vídeo HDMI, com no mínimo 1.8m, para cada monitor entregue;

15.3.27. GARANTIA mínima de 60 (sessenta) meses, incluindo garantia contra danos acidentais.

- 15.3.28. A título de informação, historicamente temos registro de 10 (dez) acionamentos de garantia por motivo de danos acidentais, considerando um parque de 4000 (quatro mil) monitores, em um período de 60 (trinta e seis) meses.

15.4. ITENS 7 e 8 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA MONITOR PORTÁTIL:

- 15.4.1. Tamanho mínimo de 14" e máximo de 16";
- 15.4.2. Display com tecnologia IPS ou superior;
- 15.4.3. Taxa de atualização mínimo de 60Hz;
- 15.4.4. Proporção de tela de 16:9;
- 15.4.5. Luminosidade mínima de 300 cd/m² (nits);
- 15.4.6. Possuir tecnologia antirreflexo;
- 15.4.7. Pixel por polegada mínimo de 157;
- 15.4.8. Resolução nativa mínimo de 1920x1080;
- 15.4.9. Tempo de resposta de no máximo 7 milissegundos;
- 15.4.10. Ângulo de visualização horizontal e vertical mínimo de 178º;
- 15.4.11. Deverá possuir, no mínimo, uma conexão USB 3.1 Tipo C para carregamento de energia e carregamento de vídeo, para que este monitor seja ligado a um notebook.
- 15.4.12. Não será aceito monitor que tenha necessidade de alimentação externa. Ou seja, a transferência elétrica e de vídeo deverá ser única e exclusivamente pela conexão USB 3.1 Tipo C;
- 15.4.13. Para cada monitor deverá ser entregue um cabo USB 3.1 Tipo C x USB 3.1 Tipo C com suporte para carregamento de energia e carregamento de vídeo, para ligar o monitor portátil a um notebook;
- 15.4.14. O monitor deverá ter suporte para ficar em posição de visualização;
- 15.4.15. Para cada monitor deverá ser entregue capa (case) para proteção da tela.
- 15.4.16.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. São obrigações do Contratante:

- 16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 16.1.2. Fiscalizar a obrigação do Contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- 16.1.3. Designar servidor para acompanhar a execução do contrato;
- 16.1.4. Adotar as providências necessárias para a regular execução do contrato;
- 16.1.5. Esclarecer prontamente as dúvidas do Contratado;
- 16.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 16.1.7. Em cumprimento ao art. 117 da Lei n.º 14.133/21, promover, por meio de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços;
- 16.1.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- 16.1.19. Verificar a qualidade dos materiais e/ou dos serviços entregues, podendo exigir sua substituição ou refazimento, quando não atenderem aos termos do que foi contratado;
- 16.1.10. Não retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante;
- 16.1.11. Anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar ao Contratado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

16.1.12. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

16.1.13. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

16.1.15. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.16. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

16.1.17. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.1.18. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato no prazo de 120 (cento e vinte), a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

16.1.19. Notificar os emitentes das garantias, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

16.1.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

17.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

17.1.2. Promover o regular acesso ao endereço de e-mail _____ e ao Whatsapp do número de telefone (____) _____-_____, obrigatoriamente informado em sua proposta, que serão as formas de comunicação dos atos processuais, comprometendo-se em acusar o recebimento da notificação eletrônica oriunda do Contratante em até 01 (um) dia útil, data esta em que iniciará a contagem dos prazos decorrentes, observados os casos legais de intimação dos atos mediante publicação em imprensa oficial;

17.1.3. Cumprir, ao longo de toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

17.1.4. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.1.5. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

17.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.1.7. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

17.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

17.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

17.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores

de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.1.12. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.13. Não realizar a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do Contratante;

17.1.14. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

17.1.15. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

17.1.16. Comunicar imediatamente ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

17.1.17. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

17.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

17.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.21. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/21, o Contratado será responsabilizado administrativamente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, pela prática das seguintes infrações:

18.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

18.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

18.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

18.1.9. praticar ato lesivo previsto inciso IV do art. 5º da Lei Estadual nº 18.672/2014.

18.2. Ao Contratado que incorra nas faltas referidas nesta cláusula aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as seguintes sanções, conforme art. 156 da Lei federal nº 14.133/21:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar;

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. Será aplicada a sanção de advertência quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.5. Será aplicada a sanção de multa a qualquer das infrações previstas no item 18.1, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato.

18.6. A critério da Administração do Contratante, as multas previstas no item anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com os demais tipos de penalidade previstos.

18.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será cobrada judicialmente.

18.8. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.9. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A multa, aplicada após regular processo administrativo, cujos valores recolhidos serão revertidos ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional do Ministério Público do Estado de Goiás – FUNEMP-GO, nos termos do Art. 2º, V, da Lei nº 14.909/04, ensejará, nessa ordem:

18.10.1. A glosa do respectivo valor dos créditos que o Contratado possuir junto ao Contratante, seja no contrato que gerou o débito originalmente, seja em outros instrumentos formalizados entre o sujeito privado e o MP-GO, conforme o caso;

18.10.2. A notificação do Contratado para recolher o montante apurado no prazo máximo de

5 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação da decisão, com ressalva de que, escoado o referido prazo sem pagamento, o contratado será inscrita, no prazo de 30 (trinta) dias contados do vencimento da multa, no CADIN ESTADUAL – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ-GO;

18.10.3. A execução da garantia contratual;

18.10.4. E, em qualquer caso, a cobrança judicial.

18.11. A multa a que se refere esta cláusula não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em Lei.

18.12. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar nas hipóteses previstas nos itens 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.13. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar nas hipóteses previstas nos itens 18.1.5 a 18.1.9, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, devendo a sua aplicação ser precedida de análise jurídica e ser aplicada exclusivamente pela autoridade máxima do Contratante.

18.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o Contratado à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

18.15.1. 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

18.15.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

18.15.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por dia subsequente ao trigésimo.

18.16. As multas previstas nos itens 18.15.2 e 18.15.3 ficam limitadas em até o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total da parte do serviço não realizado, por ocorrência.

18.17. A aplicação da multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

18.18. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

18.20. Nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/21, é admitida a reabilitação do Contratado perante o Contratante desde que cumpridos, cumulativamente e além do disposto no parágrafo único do referido artigo, os seguintes requisitos:

18.20.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

18.20.2. pagamento da multa;

18.20.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

18.20.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

18.20.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.21. Além das penalidades citadas, o Contratado ficará sujeito ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Contratante e, no que couber, às demais penalidades previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO

19. O Contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ

20. O Contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO DO CONTRATO

21.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos gestores e fiscais do contrato, compostos por representantes da administração, designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 20 do Decreto Estadual n. 10.216/2023, em Portaria anexa, cujas responsabilidades estão definidas no art. 51 e seguintes da Lei Estadual nº 17.928/12 e em normativa interna do MP-GO.

21.2. O contrato será acompanhado pelo Departamento de Infraestrutura em conjunto com Departamento de Material e Patrimônio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

22.1. Nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21, o contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, com as

devidas justificativas, quando:

- 22.1.1. Houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
 - 22.1.2. For necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.
- 22.2. Nas alterações de que dispõe esta cláusula, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 22.3. As alterações unilaterais a que se refere esta cláusula não poderão transfigurar o objeto da contratação.
- 22.4. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo Contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 23.1. A extinção do contrato, formalmente motivada nos autos do processo com base no art. 137 da Lei nº 14.133/21, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderá ser:
- 23.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 23.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - 23.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 23.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 23.3. Nos termos do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/21, a extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, no que couber, sem prejuízo das sanções previstas, as seguintes consequências:
- 23.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
 - 23.3.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
 - 23.3.3. Execução da garantia contratual para ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução, pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível, pagamento das multas devidas à Administração Pública, e exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - 23.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 24.1. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as normas previstas na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), às quais os serviços do presente instrumento estão submetidos, devendo ser utilizados somente para propósitos legítimos e específicos.
- 24.2. Os dados coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços previstos neste instrumento, observada a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD, e, somente nas hipóteses previstas na legislação, poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades diversas.
- 24.3. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

25.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO

26.1. Fica eleito o foro da cidade de Goiânia-GO para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato, não obstante qualquer mudança de domicílio que o Contratado venha a adotar, o qual expressamente aqui renuncia, observadas as disposições sobre conciliação, mediação e arbitragem previstas no Anexo I deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato de forma eletrônica, perante duas testemunhas.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS Goiânia-GO, assinado e datado eletronicamente.

(nome)	(nome)
Procurador-Geral de Justiça	(cargo/função)
Contratante	Contratado

Testemunhas:

ANEXO I – DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Em complemento ao disposto na Cláusula “Do Foro”, Contratante e Contratado se comprometem a observar as disposições sobre conciliação, mediação e arbitragem previstas nos itens a seguir:

ITEM 1 - DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃOAs controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrente desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, serão submetidas à tentativa de conciliação e mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual n. 144, de 24 de julho de 2018.

ITEM 2 - DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIAOs conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual n. 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS Goiânia-GO, assinado e datado eletronicamente.

(nome)
Procurador-Geral de Justiça
Contratante

(nome)
(cargo/função)
Contratado

Testemunhas: